



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**O *SOFT POWER* FRANCÊS NA REESTRUTURAÇÃO DO PODER SIMBÓLICO DE
PORTUGAL E DO BRASIL NOS SÉCULOS XVIII E XIX:
A COLEÇÃO *AD USUM DELPHINI* E A BIBLIOTECA NACIONAL**

Beatriz Cardeal da Silva

Rio de Janeiro/RJ
2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**O *SOFT POWER* FRANCÊS NA REESTRUTURAÇÃO DO PODER SIMBÓLICO DE
PORTUGAL E DO BRASIL NOS SÉCULOS XVIII E XIX:
A COLEÇÃO *AD USUM DELPHINI* E A BIBLIOTECA NACIONAL**

Beatriz Cardeal da Silva

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Produção Editorial.

Orientador: Prof. Dr^a. Isabel Siqueira Travancas

Rio de Janeiro/RJ
2021

CIP - Catalogação na Publicação

CS586s da Silva, Beatriz Cardeal
O soft power francês na reestruturação do poder simbólico de Portugal e do Brasil nos séculos XVIII e XIX: a coleção Ad usum Delphini e a Biblioteca Nacional / Beatriz Cardeal da Silva. -- Rio de Janeiro, 2021.
64 f.

Orientadora: Isabel Siqueira Travancas.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Bacharel em Comunicação Social: Produção Editorial, 2021.

1. soft power. 2. poder simbólico. 3. história do livro. 4. Biblioteca Nacional. 5. coleção Ad usum Delphini. I. Travancas, Isabel Siqueira, orient. II. Título.

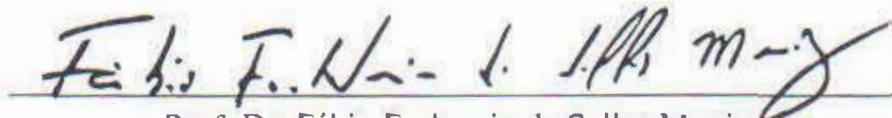
**O SOFT POWER FRANCÊS NA REESTRUTURAÇÃO DO PODER SIMBÓLICO DE
PORTUGAL E DO BRASIL NOS SÉCULOS XVIII E XIX:
A COLEÇÃO *AD USUM DELPHINI* E A BIBLIOTECA NACIONAL**

Beatriz Cardeal da Silva

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Produção Editorial.

Aprovado por


Prof. Dr^a Isabel Siqueira Travancas – orientador(a)


Prof. Dr. Fábio Frohwein de Salles Moniz

Documento assinado digitalmente
gov.br Mario Feijó Borges Monteiro
Data: 18/03/2022 18:51:12-0300
Verifique em <https://verificador.ti.br>

Prof. Dr. Mario Feijó Borges Monteiro

Aprovada em: 18 de março de 2022

Grau: 10,0

Rio de Janeiro/RJ

2021

AGRADECIMENTO

A ideia inicial desta pesquisa surgiu em 2018, quando fiz parte do Núcleo de Documentação em Línguas Clássicas e pude entrar em contato com o acervo de obras raras da Biblioteca Nacional. Desde então tenho muito o que agradecer à instituição, por se tornar a minha principal fonte de inspiração, e ao professor Fábio, por toda ajuda e apoio que me ofereceu até aqui.

Agradeço também a minha orientadora, por todo auxílio e disponibilidade que teve comigo ao longo do processo de escrita.

Aos meus pais e minha irmã que sempre estiveram comigo, apoiando-me em qualquer situação e me dando forças para continuar no árduo caminho da graduação

Aos meus amigos Sarah, Lucas, Beatriz (minha xará), Aline e Luana, eu não conseguiria finalizar essa etapa da minha vida sem vocês.

No período em que escrevi a monografia o mundo assistiu a guerras sendo travadas e a uma pandemia devastadora, bem diferente do que tinha vivido anteriormente. O caos do início da década 2020 foi arrasador na vida de todos que, assim como eu, tiveram muitas perdas e angústias nunca sentidas. Agradeço imensamente as pessoas que se dispuseram a me ajudar no processo de pesquisa, leitura, escrita e estruturação da monografia mesmo em meio a essa realidade quase distópica.

Um país se faz com homens e livros.

Monteiro Lobato

SILVA, Beatriz Cardeal da. **O *soft power* francês na reestruturação do poder simbólico de Portugal e do Brasil nos séculos XVIII e XIX:** A coleção *Ad usum Delphini* e a Biblioteca Nacional. Orientador: Prof. Dr^a. Isabel Siqueira Travancas. Rio de Janeiro, 2021. Monografia (Graduação em Produção Editorial) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 64 f.

RESUMO

A história do livro é marcada pela utilização desse meio de comunicação como ferramenta de fixação e divulgação de ideias, caracterizando uma relação de poder entre quem produz e quem lê. Esta pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa tem como objetivo central analisar como o livro é utilizado no apoio a estratégias políticas no âmbito cultural e, tendo em vista o processo de dominação que essa prática origina, são empregados os conceitos *soft power* e poder simbólico para compreender o vínculo da Real Biblioteca e da Biblioteca Nacional, especificamente a trajetória da coleção *Ad usum Delphini* (1674-1730) no acervo das duas bibliotecas, com a disseminação da ideologia do Antigo Regime francês em Portugal e no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Sob essa ótica, os livros atuam como ferramenta de imposição das narrativas de quem os produzem.

Palavras-chaves: *soft power*; poder simbólico; história do livro; Biblioteca Nacional; coleção *Ad usum Delphini*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO.....	12
1.1 Poder simbólico	12
1.2 Campo	14
1.3 Capital	16
1.4 <i>Soft power</i>	17
2. CONTEXTO HISTÓRICO	25
2.1 A política na história dos livros	25
2.2 O absolutismo e o reinado de Luís XIV	29
2.2.1 O surgimento do Estado Moderno	29
2.2.2 Reinado de Luís XIV	31
2.3 A coleção <i>Ad usum Delphini</i>	35
3. BIBLIOTECA À VISTA! DO TERREMOTO DE LISBOA A BIBLIOTECA IMPERIAL E PÚBLICA	40
3.1 O Terremoto de Lisboa e a nova Real Biblioteca	40
3.2 Chegada da Família Real ao Brasil	47
3.2.1 A Europa no final do século XVIII	47
3.2.2 A transição da Real Biblioteca para a Biblioteca Imperial e Pública	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

A coleção *Ad usum Delphini* foi publicada entre os anos de 1674 e 1730, reunindo clássicos da literatura latina. Apesar de não ter sido bem-sucedida comercialmente na época e de o título da coletânea com o passar do tempo ser empregado para se referir a obras literárias demasiadamente expurgadas, a coleção esteve presente no processo educacional dos jovens e futuros líderes europeus. Financiada pela Coroa francesa durante o reinado de Luís XIV (1638-1715), propunha-se a compartilhar o ensino pedagógico do príncipe Luís, Grande Delfim com os súditos do rei, porém, a utilização do latim, língua franca no meio acadêmico do período, possibilitava a difusão desses livros pela Europa.

Mais de um século após o lançamento do primeiro volume, a coleção estava em relevância no continente europeu. Após o Terremoto de Lisboa em 1750, a maior parte dos sessenta e três volumes foram incorporados à Biblioteca do Infantado, dedicada a obras destinadas à educação dos infantes portugueses, acervo que por sua vez integrava a Real Biblioteca, principal biblioteca de Portugal no período. Levando em consideração o curso da história portuguesa, que culminou no exílio da Família Real no Brasil e a transferência de diversos bens, entre eles a própria Real Biblioteca, para o Rio de Janeiro, nova capital do império lusitano, a coleção *Ad usum Delphini* testemunhou e integrou momentos decisivos para Portugal e para o Brasil.

Algo que sempre me chamou a atenção na história brasileira era a presença do vasto acervo da Biblioteca Nacional (BN) num país em que a produção literária se tornou expressiva somente a partir do século XIX, com a chegada da Família Real portuguesa e a liberação da impressão tipográfica no país. Em 2018, enquanto fiz parte do Núcleo de Documentação em Línguas Clássicas (NDLC), uma parceria entre a Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a BN, tive a oportunidade de entrar em contato com o acervo de obras raras da instituição e desse modo perceber que aquele lugar narrava a história do Brasil sob outra perspectiva, a dos livros. Ao seguir nessa jornada, expandi minha dedicação para termos que geralmente são relacionados aos livros, como edição e tradução. Contudo, os conceitos que não costumam estar relacionados aos livros, como o de poder, foram os que realmente despertaram em mim o interesse em pesquisar.

Todavia, para esse interesse se desenvolver nesta pesquisa, mostrou-se necessária uma delimitação, pois não seria viável pesquisar sobre todos os livros do acervo de obras raras da BN. A escolha pela coleção *Ad usum Delphini* se deu por conta de suas características singulares, que se interseccionam notavelmente com o proposto. Desse modo, o estudo que aqui

se apresenta está dividido em três capítulos, cada qual abordando temas de relevância para a construção teórica.

No primeiro é discutida a relação entre cultura e poder. A cultura, mais que a representação dos costumes e valores de uma sociedade, fornece instrumentos para o Estado controlar as relações de influência internas entre os indivíduos e, a nível externo, fortalecer o poder de um país em detrimento dos outros. Estruturalmente o capítulo está composto por duas seções e duas subseções. A primeira aborda a construção do poder simbólico, conceito elaborado por Pierre Bourdieu que discute o favorecimento da cultura produzida pela classe dominante e subjuga as outras, e se divide em duas subseções: uma discorre sobre o campo, área em que ocorrem as disputas de poder entre agentes sociais, a outra, o capital, os lucros econômicos ou simbólicos gerados através da interação entre agentes com indivíduos reconhecidos em determinados campos. A segunda relaciona os conceitos apresentados anteriormente com o *soft power*, termo cunhado por Joseph Nye Jr. e difundido nos estudos contemporâneos das Relações Internacionais para se referir ao poder conquistado por uma nação através da disseminação cultural.

No segundo capítulo há três seções e duas subseções. A primeira trata do viés político presente durante na história do livro, desde a Antiguidade até a Modernidade, e os usos do livro conforme cada período histórico. A segunda aborda a transição do sistema feudal para o Absolutismo, que teve o seu auge durante o reinado de Luís XIV, e está dividida em duas subseções: a primeira discorre sobre o surgimento do Estado Moderno, em que se observa o início do distanciamento do poder centralizador da Igreja Católica, porém, ainda fortemente presente na construção teórica do período; a segunda apresenta especificamente o reinado de Luís XIV. A terceira seção reúne informações sobre a coleção *Ad usum Delphini*, financiada pela Coroa francesa com os textos completos de quarenta autores clássicos latinos.

O terceiro e último capítulo se divide em duas seções e duas subseções. Na primeira serão apresentadas informações sobre o Terremoto de Lisboa e a reconstrução do catálogo da Real Biblioteca, tornando possível retratar o trajeto percorrido pelos exemplares da coleção francesa. Isso permite constatar que, um século após o lançamento, a coletânea ainda impactava a educação dos jovens europeus, nesse caso, dos infantes portugueses. A segunda seção inicia com o contexto histórico do final do século XVIII e percorre o período até a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, finalizando com a análise da imagem que a Real Biblioteca concedeu à Coroa portuguesa e ao Brasil após a independência.

No decorrer do tempo, embora sejam dois elementos independentes, o percurso da coleção *Ad usum Delphini* e o do império lusitano se coincidem. Ao analisar esses pontos de

interseção segundo os pressupostos teóricos de Bourdieu (1986) (1989) (2011) e Nye (2004) (2011), é possível identificar que os livros são importantes componentes da construção identitária nacional e que, em Portugal e no Brasil, a predominância dos livros de origem francesa até o século XX indica a forte influência francesa no empenho desses países em se edificarem e serem reconhecidos como independente nos campos artístico e cultural.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A concepção tradicional de poder se baseia no pensamento político do filósofo inglês Thomas Hobbes. Elaborado no século XVII, o conceito de pacto social previa a renúncia do poder ilimitado individual dos seres humanos em seu estado de natureza em favor do bem-estar social, a autopreservação e paz gerida pelo Estado (ROSA, 2017). Nessa perspectiva, o poder é caracteristicamente coercitivo e a violência física se torna uma estratégia de controle.

Já para o sociólogo alemão Max Weber, “[...] poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1984, p. 43 apud ROSA, 2017, p. 5). Nessa visão, as ações dos indivíduos dominantes são calculadamente planejadas para induzir determinadas formas de comportamento nos dominados. Essa abordagem, “entendida como a manutenção de uma ordem injusta, que privilegia alguns grupos ou indivíduos em detrimento de outros” (ROSA, 2017, p. 5), é também adotada na conceituação teórica de poder feita por Pierre Bourdieu e Joseph Nye. Porém, ao contrário dos autores cânones citados anteriormente, enfatizam um terceiro viés, o cultural.

Neste capítulo, ao apresentar a associação entre o poder simbólico e o *soft power*, busca-se explorar a importância dos aspectos culturais na elaboração de estratégias de dominação de um grupo social.

1.1 – Poder simbólico

O poder simbólico é um termo do sociólogo francês Pierre Bourdieu cunhado na segunda metade do século XX para abordar as produções simbólicas, refletindo as contrariedades intrínsecas das relações de classe. Segundo Bourdieu, o poder simbólico se constitui no poder de:

[...] fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force» mas que se define numa relação determinada — e por meio desta — entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Bourdieu utilizou uma formulação teórica marxista, desenvolvendo análises a partir do conceito de ideologia, isto é, segundo o professor do departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Universidade Estadual Paulista Marcos Faccioli Gabriel “o que se conhecia como a correspondência entre a dominação e os antagonismos de classe e as produções

simbólicas de modo que, numa formação social determinada, as ideias dominantes fossem as ideias das classes dominantes” (2017, p. 3). Bourdieu (1989) reitera a possibilidade de se obter o resultado desejado tanto com o poder simbólico quanto com o emprego de recursos militares e econômicos (BALLERINI, 2017). Utilizando majoritariamente elementos culturais como meios de expansão, nesse processo, notamos a língua, a arte e o entretenimento são alguns dos instrumentos que estruturam uma lógica de mundo e possibilitam a dominação de classes (BALLERINI, 2017).

Os símbolos são ferramentas cruciais no estabelecimento dessa forma de poder, pois, a partir da construção de sentido do mundo social, contribuem para propagação da ordem social (BOURDIEU, 1989). Portanto, para a efetivação do poder simbólico é imprescindível a incorporação dos símbolos no mundo social.

Como o ser segundo Aristóteles, o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos: ele pode ser praticamente percebido, dito, construído, segundo diferentes princípios de visão e de divisão — por exemplo, as divisões étnicas —, dando-se por entendido que os reagrupamentos no estruturado espaço construído na base da distribuição do capital apresentam maiores probabilidades de serem estáveis e duradouros e que as outras formas de reagrupamento estarão sempre ameaçadas pelas cisões e oposições ligadas às distâncias no espaço social. (BOURDIEU, 1989, p. 137-138)

Portanto, o processo pedagógico e a comunicação são utilizados como dispositivos de formação cultural, permitindo que a cultura adquira aspectos inclusivos e distintivos que una e/ou separe os grupos sociais (BOURDIEU, 1989).

As produções simbólicas aparentam espontaneidade, contudo, representam interesses particulares no suposto incentivo à integração entre classes dominante e dominada, equilibrando e legitimando a ordem social através da hierarquia (BALLERINI, 2017). Os sistemas simbólicos resultantes “[...] cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 11) sem que os dominados percebam.

A violência simbólica, por não utilizar forças militares e restrições econômicas, é socialmente aceita e impõe estruturas de sentido que sustentam o poder simbólico (GUTIÉRREZ, 2004). Os dominados, ao aderirem às crenças dos dominantes, consentem e legitimam sua própria dominação, efetiva apenas com a atuação mútua. A indústria do cinema, por exemplo, viabiliza a difusão dos princípios e costumes de uma determinada cultura por meio de produtos audiovisuais. A predominância de Hollywood sobre as demais produções

reforça a influência e o poder da cultura estadunidense, dificultando a valorização cultural de outros países – o que se reflete nas áreas econômicas e sociais (BALLERINI, 2017).

A cultura produzida pela classe dominante precisa ser reconhecida como universal. Para isso, são criadas crenças ideológicas que disfarçam sua função política, “[...] a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O *habitus* é um “[...] princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas” (ROSA, 2017, p. 7 apud BOURDIEU, 2006, p. 162) e corresponde aos costumes sociais instituídos e estruturados ininterruptamente que dita os modos aceitáveis de falar, pensar e sentir, representando a interiorização dos padrões exteriores. O *habitus* também está incorporado às relações de dominação entre diversos agentes sociais desigualmente preparados para exercerem suas funções, pois, tendo por ponto de partida a posição no mundo social, dependem dos juízos de valores e condutas de suas próprias classes (ROSA, 2017) (GUTIÉRREZ, 2004).

Como resultado, “[...] as representações que este engendra constituem o meio que torna possível o processo em que a violência simbólica é imposta aos agentes sociais”¹ (GUTIÉRREZ, 2004, p. 295). O aprendizado pedagógico é uma violência simbólica e impõe uma determinada cultura como padrão e se consolida no desconhecimento do processo. Essa violência está presente em todas as áreas das produções simbólicas, possibilitando a dominação de grupos sociais distintos.

1.2 – Campo

Os conceitos de campo e capital são fundamentais no estudo do poder simbólico. O primeiro deles “é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social” (BOURDIEU, 2011, p. 195), que apresenta propriedades e ações presentes no mundo social, mas com características particulares. Possui práticas específicas, hierarquia própria e certa autonomia que permite seguir suas próprias regras de funcionamento, sem valor aos microcosmos vizinhos, que devem ser respeitadas por todos os integrantes sob pena de expulsão. Para que os agentes adentrem certo campo e conquistem poder dentro dele, devem seguir as regras impostas mesmo que de forma inconsciente, sendo determinado por suas relações sociais (BOURDIEU, 2011).

¹ No original: [...] las representaciones que éste engendra, constituyen el medio que hace posible el proceso por el cual se impone la violencia simbólica a los agentes sociales.

Para que um artista tenha destaque no campo da arte, é preciso manter relações sociais amistosas e conquistar a legitimação de suas obras entre os artistas já estabelecidos (BALLERINI, 2017). Assim se verifica, portanto, a desvalorização do conteúdo das produções artísticas frente as relações mantidas dentro do campo. Isso é comum em todos os campos, já que os agentes estão sempre disputando poder em busca de reconhecimento (BALLERINI, 2017). O espaço do campo abriga a luta entre dominantes e dominados pela conquista e manutenção de posições de destaque.

Apesar de cada campo possuir regras e modos de funcionamento, a análise de um campo específico possibilita uma melhor interpretação do conceito. Ao explorar o campo político, por exemplo, Bourdieu observou que possui semelhanças com o campo religioso, como na divisão entre profissionais e profanos – laicos e clérigos no religioso. A história desse microcosmo data da criação da cabine de votação, no início do século XIX, e é marcada por desigualdades sociais que se refletem na falta de acesso da população aos cargos políticos, favorecimento dos do sexo masculino com poder aquisitivo e educação de qualidade (BOURDIEU, 2011).

Os profissionais agem segundo as ações de outras pessoas pertencentes àquele campo. Para compreender o que fazem os políticos é preciso pesquisar sua base eleitoral, origem social e, principalmente, a posição que ocupa no campo. Dessa forma, os profanos são cada vez mais excluídos à medida que o espaço político é automatizado. As limitações dos campos são desprezíveis enquanto os indivíduos estão reunidos de acordo com características gerais, os novos ingressantes, se discordarem, promoverão uma mudança de paradigma que mudará os aspectos desse campo, como o movimento impressionista fez ao iniciar as vanguardas artísticas europeias (BOURDIEU, 2011).

Os leigos detêm a última palavra no campo político e, se forem divididos em estruturas sociais, poderão ser guiados pelas ideias dos políticos que os dirigem. De outro lado, os profissionais possuem o capital de determinado campo para utilizarem nele. Não é incomum que políticos queiram atuar no campo literário, por exemplo, o que demonstra uma imposição aos limites do campo político e é classificável como uma forma de tirania. Por ser um campo em que é necessário ter uma boa imagem e reconhecimento, o capital político é um capital simbólico relacionado à reputação. Para que o modelo continue vigente, é preciso conservar as instituições, no caso, os partidos políticos, pois garantem a reprodução do campo para novas gerações (BOURDIEU, 2011).

Ainda que cada campo tenha particularidades que são válidas somente em seu interior, respeitam algumas estruturas pré-estabelecidas que proporcionam a existência no mundo social, como a dicotomia entre indivíduos dominantes e dominados, a edificação de *habitus* a serem

seguidos e perpetuados pelos membros e a criação de um capital próprio, importante para as disputas de poder travadas no interior dele.

1.3 – Capital

Os campos apresentam determinadas normas que regulam o seu funcionamento. Contudo, a concentração de capital é de extrema relevância nos jogos de poder entre os agentes sociais. Conceitualizado como “[...] trabalho acumulado [...] que, quando apropriado [...], ou seja, com base, exclusivamente por agentes ou grupos de agentes, permite-lhes energia social apropriada na forma de reificado ou trabalho vivo” (BOURDIEU, 1986, p. 241), é a representação do poder inserido em um campo, que se acumula conforme os rendimentos e ganhos de trabalhos anteriores. Por refletirem os campos em que estão inseridos, os capitais definem as possibilidades de conquista dos agentes, por exemplo, o volume de capital cultural que um agente possui determina as probabilidades de triunfo nas relações em que essa categoria de capital é relevante (BOURDIEU, 1989).

O modo de distribuição dos capitais revela a ordenação do mundo social em que todas as formas de capitais, e não apenas o econômico, são fundamentais. Bourdieu (1986) identifica o capital econômico como auto interessado, reduzindo os universos de intercâmbios a trocas mercantis. Os outros são desinteressados e se apresentam na maioria das vezes de forma imaterial. Na expansão do entendimento do capital, anteriormente visto através da função comercial da economia e limitados a posse de bens materiais, os incorporados, ou seja, os que subordinam os indivíduos a certas maneiras de ser e ver, integraram-se às análises sociológicas do conceito (ROSA, 2017).

Para o desenvolvimento do estudo, o exemplo do capital cultural é o que mais se adequa a discussão teórica aqui proposta. Embora o capital econômico seja a base dos intercâmbios no mundo social, o entendimento da variedade de capitais promove uma ruptura no senso comum que tem a meritocracia como um de seus ideais, pois estimula uma visão crítica do sistema educacional e da hereditariedade do poder (BOURDIEU, 1986).

Na forma cultural, o capital possui três estados. No primeiro deles, o encarnado, o acúmulo depende de um longo processo de incorporação que não é transmitido integralmente, visto que demanda o aprendizado individual. Sua reprodução provém da rápida ou lenta interferência familiar, já que esse não é transferível e quanto mais cedo for, mais vantajoso será para o indivíduo. O período de aquisição é o mesmo que a sua família pode lhe disponibilizar de tempo livre. Considerada a melhor forma de reprodução de capital para Bourdieu, confere mais privilégios ao detentor (BOURDIEU, 1986).

No segundo estado, o capital está no formato de bens materiais, a posse de resultados das produções artísticas, como pinturas e esculturas. Por conta dessa materialidade, podem ser transmitidos. A propriedade desse capital tem valor tanto material (econômico) quanto simbólico (cultural) e representará lucros aos agentes detentores, cada qual inserido em um campo, conforme são apropriados (BOURDIEU, 1986). Por fim, o estado institucionalizado enfatiza a qualificação acadêmica, na qual o poder instrui, manifesta ou impõe determinada forma de conhecimento (BOURDIEU, 1986). A junção do econômico com o cultural proporciona a conversão para o capital acadêmico e o acúmulo permite ao detentor ser titular em alguma qualificação.

Devido às condições de transmissão hereditária mais difusas que o capital econômico, para ser ratificado como legítimo, o capital cultural é propenso a funcionar também como capital simbólico (BOURDIEU, 1986). No que lhe concerne, o capital simbólico “[...] não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio” (BOURDIEU, 1989, p. 145), cuja atuação implica na intermediação do *habitus* (BOURDIEU, 1986).

Nas relações de força no campo, os agentes detêm poder simbólico proporcional ao seu capital simbólico, que é investido para a manutenção de estruturas e conservação de títulos. Nesse meio, a produção de ideias relativas ao mundo social é intrínseca à luta por poder dos agentes, profundamente marcados por seus percursos educacionais e sociais delimitado pelo *habitus*. O estabelecimento de uma cultura padrão gera uma violência simbólica que se torna mais arbitrária na medida do desconhecimento dos indivíduos dominados, portanto, mostra-se necessária a ação dos intelectuais por meio da aplicação do capital simbólico no campo político, teorizando novos pontos de vistas que viabilizem a percepção dessa dominação implícita (GUTIÉRREZ, 2004).

1.4 – *Soft power*

Há diversas formas de interpretar o significado de poder, esse é um assunto que gera um grande volume de produções teóricas na filosofia e ciências sociais. De acordo com a conceituação proposta por Bourdieu o poder possui várias facetas e, como será observado ao longo da análise do *soft power*, apresenta características que contribuem para a sua efemeridade. O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han também coopera nesse debate, distanciando-se da concepção tradicional de poder ao se opor à neutralização da vontade, ou seja, a anulação da liberdade do subordinado. O estudioso afirma que “é sinal de um poder maior que o subordinado

queira expressamente aquilo que o poderoso *queira*, que o subordinado siga ou, até mesmo *antecipe*, a vontade do poderoso como *sua própria vontade*” (HAN, 2019, n.p.).

O modelo coercitivo de poder pelo qual as conceituações tradicionais prezavam não retrata toda a complexidade desse termo. Com a coerção o soberano impõe suas decisões contra a vontade dos subordinados, não sobrando espaço para mediação. Entretanto, o poder maior atua influenciando, adaptando ou persuadindo as condições prévias do subordinado para que ele aja conforme a decisão do soberano por livre e espontânea vontade (HAN, 2019). Para Han (2019), o poder maior é o poder como meio de comunicação, que “[...] controla ou direciona a comunicação em uma determinada direção na medida em que faz superar a discrepância possível entre o poderoso e os súditos quanto ao que escolhem fazer” (n.p.), desempenhando o papel de ponte entre a vontade do soberano para os subordinados.

A astúcia do poder para Han (2019) é a habilidade de se ocultar, tornando-se parte do cotidiano dos subordinados. Desse modo, ao se desassociar do viés coercitivo, o poder é quase desapercibido pelos subordinados, pois, por não ser imposto, deixa de exigir consentimento (HAN, 2019). Segundo Han, isso representa uma automação do conceito *habitus* de Bourdieu, já que o termo designa

[...] a totalidade de disposições ou costumes de um grupo social. Ele ocorre por uma interiorização dos valores e das formas de percepção organizadas por uma determinada ordem dominante. Ele possibilita uma adaptação por assim dizer pré-reflexiva, somática, à ordem dominante do momento, gerando uma automação do costume no qual os em desvantagem social agem segundo modelos de comportamento que levaram à sua desvantagem. O hábito provoca uma afirmação e um reconhecimento pré-consciente da ordem dominante que se repete também no somático. As pessoas vivenciam as coisas pressionadas a vivenciá-las como escolhas *próprias* graças às suas posições sociais inferiores. (HAN, 2019, n.p.)

O *habitus* possibilita teorizar essa forma de poder que não se apresenta coercitivo e, portanto, consolida-se mais estável e poderoso, criando uma sensação de liberdade (HAN, 2019). Ela está no nível simbólico, pois é efetivo no âmbito do sentido e do reconhecimento. Ao instituir uma visão de mundo e/ou sistema de valor que ratifica a dominação por um grupo social, os outros indivíduos se inserem nessa estrutura como se fosse uma ordem natural, aderindo ao horizonte de sentido e de compreensão dos dominantes (HAN, 2019). Contudo, o *habitus* não é o único elemento desse poder, a formação de uma cultura nacional por meio de símbolos ou narrativas é fundamental para o domínio da massa (HAN, 2019).

O poder simbólico na teoria de poder de Bourdieu atua a partir do cotidiano, o que lhe confere estabilidade. Além disso, anonimiza o soberano, aparentando a ausência de poder. O poder simbólico “[...] desenvolve sua efetivação na medida em que se inscreve no horizonte de sentido da esfera pública, aberta, e em que produz efeitos de normalização, reflexos de sentido

sobre os quais não se têm necessidade alguma de se refletir” (HAN, 2019, n.p.). A automação do *habitus* possibilita a efetividade do poder simbólico.

Outros estudiosos também contribuíram para a discussão sobre essa faceta do poder. O cientista político estadunidense Joseph Nye Jr. no livro “The future of power” (2011) define poder no âmbito comportamental como uma relação na qual a importância entre soberanos e subordinados varia conforme a coercitividade presente no relacionamento. Quanto mais voltado para a automação do *habitus*, mais liberdade de ação para os subordinados. Por exemplo, há mais possibilidade de escolha caso um guru tente persuadir indivíduos a fazerem doações do que durante um assalto.

Referindo-se a essa forma de poder como *soft power* (em português, poder suave), Nye utilizou o termo pela primeira vez no livro “Bound to lead: the changing nature of American power” publicado em 1990. A análise do mundo social a partir do conceito de poder e violência proposto por Bourdieu abriu caminho para discussões teóricas sobre os impactos dessas temáticas na sociedade (BALLERINI, 2017) (NYE, 2004).

Nye aplicou esse conceito inicialmente para analisar o êxito dos Estados Unidos no fim do período da Guerra Fria, para o cientista político não estava exclusivamente relacionado ao poderio bélico. Desse modo, rebateu as conclusões de que o país norte-americano estava em decadência, pois, além de possuir forte poder econômico e militar, dominava também uma terceira dimensão, a qual denominou *soft power* (NYE, 2004). Apesar do contexto em que foi cunhado, o termo não se restringe apenas ao país norte-americano durante o século XX, mas descreve um comportamento tão antigo quanto a história humana e possui diversos exemplos, entre eles a difusão da língua e cultura francesa pela Europa no século XVIII (NYE, 2011).

A união dos conceitos de Bourdieu e Nye possibilita a continuidade de estudos sobre o poder da cultura no mundo social (BALLERINI, 2017). Adotado na Diplomacia Cultural, área que “por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica” (BRITO, 2020, p. 27 apud RIBEIRO, 2011, p. 33), e nas pesquisas na área das Relações Internacionais, o termo é considerado por alguns teóricos uma atualização dos conceitos “hegemonia dirigente” e “hegemonia dominante” do filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937) (BALLERINI, 2017).

Para Nye o *soft power* consiste na “habilidade de se conseguir o que deseja por meio da atração em vez de métodos coercitivos ou econômicos. Ele surge com a atratividade da cultura, ideais e políticas de um país. Quando nossas políticas são vistas como legítimas pelos outros,

nosso *soft power* é potencializado”² (NYE, 2004, p. x, tradução da autora) e se baseia em três pilares: a cultura, os valores políticos e a política internacional (NYE, 2011). Essa forma de poder é consumada à medida que outros indivíduos defendam os ideais e aspirem aos propósitos de determinado país ou organização, sem que haja a necessidade de empregar recursos militares ou econômicos (NYE, 2004), característica também observada na formação do poder simbólico.

O modo indireto de se conseguir o que deseja algumas vezes foi chamada de “segunda face do poder”. Um país pode obter o resultado que deseja no campo político porque outros países – admiram seus valores, empenham-se em seguir seus exemplos, aspiram ao seu nível de prosperidade e liberdade – querem segui-lo. Nesse sentido, também é importante definir a agenda e atrair outros indivíduos no campo político, não apenas forçá-los com ameaças militares ou sanções políticas. Esse *soft power* – fazer com que os outros desejem o resultado que você deseja – coopta indivíduos em vez de os coagir.³ (NYE, 2004, p. 5, tradução da autora)

Embora haja casos em que a manipulação verbal é empregada, é uma faceta do poder com mais liberdade para os subordinados (NYE, 2011). Segundo Nye (2004), poder é a capacidade de induzir indivíduos a agirem de determinada maneira. Há diversas formas de atingir esse resultado: seja pela coerção – forma precária de dominação (HAN, 2019) –, estratégia conhecida como *hard power* (em português, poder duro), ou pela sedução, que integra o *soft power*. Contudo, a nomenclatura utilizada é contraditória, uma vez que o adjetivo *soft*, suave, é incapaz de representar a violência simbólica que resulta, abrangendo apenas a descrição das ferramentas aplicadas, pois, como o próprio estudioso constata, também seria possível alcançar solução usando os meios econômicos e militares (ABREU, 2013).

Na concepção militar a estratégia é o método para conquistar determinada finalidade quando há divergência de vontades. As escolhas das ações tomadas dependem da análise dos fatores favoráveis e adversos. A solução almejada é de ordem psicológica, pois busca desestimular a resistência apresentada pelo oponente. Portanto, tanto o *soft power* quanto o *hard power* são estratégias empregadas para as mesmas finalidades, independente dos meios utilizados (ABREU, 2013).

O *hard* e o *soft power* estão relacionados porque ambos são partes da habilidade de atingir um resultado afetando o comportamento de outros. A distinção entre eles é a nível de conduta, tanto na natureza do comportamento quanto na tangibilidade dos

² No original: It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced.

³ No original: The indirect way to get what you want has sometimes been called "the second face of power." A country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries – admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness – want to follow it. In this sense, it is also important to set the agenda and attract others in world politics, and not only to force them to change by threatening military force or economic sanctions. This soft power – getting others to want the outcomes that you want – co-opts people rather than coerces them.

recursos. O poder de comando – a capacidade de alterar as atitudes de outrem – pode se basear na coerção ou indução. O poder cooperativo – a capacidade de lapidar as atitudes de outrem – pode se basear na atratividade da cultura e valores ou na habilidade de manipular as escolhas políticas, de modo que dificultem a outros indivíduos expressarem preferências, porque a eles parecem muito irrealista.⁴ (NYE, 2004, p. 7, tradução da autora)

O sucesso das estratégias, porém, depende da assimilação do contexto em que as relações se desenvolvem. É preciso, após meticulosa análise, entender quais são as ações mais adequadas a serem tomadas para alcançar determinada meta. O *hard power* foi constantemente empregado e relatado no decorrer da história, entretanto, o *soft power* permite moldar as preferências dos influenciados. Ainda que tenha sido essencial na instituição da hegemonia de impérios, não teve destaque nas análises políticas anteriores ao século XX (NYE, 2004). De modo semelhante ao poder simbólico, o *soft power* depende do desconhecimento dos dominados para ter uma ação efetiva.

O aspecto cultural é um dos principais elementos a serem considerados nessa conceituação. Para Nye (2004), cultura é “[...] o conjunto de valores e práticas que criam significado a uma sociedade”⁵ (p. 11, tradução da autora) e é constantemente dividida entre alta cultura, que abrange literatura, educação e artes, e baixa cultura, enquadrando o entretenimento de massa (NYE, 2004) (BRITO, 2020). A cultura é a maneira pela qual os seres humanos transmitem conhecimento e valores, portanto, alguns aspectos da cultura humana são universais, outros nacionais, regionais ou limitados a certo grupo social (NYE, 2011). Embora as sociedades passem por períodos de renovação cultural devido às mudanças históricas, os costumes permanecem representantes emblemáticos de determinado local. Por isso, quando exportados para outros países, são fortes aliados da política externa.

Se a liderança for capaz de associar sua imagem à atratividade presente na cultura, tornando-se o representante dos valores atribuídos a ela, terá mais facilidade para exercer o cargo (NYE, 2004). As ações que correspondem ao poder suave são intangíveis, pois não é possível calcular com precisão o valor e o impacto em outras sociedades, ao contrário das estratégias econômicas (NYE, 2004). Dessa forma, nota-se a importância do capital simbólico e cultural nas relações de poder que permeiam o *soft power*.

⁴ No original: Hard and soft power are related because they are both aspects of the ability to achieve one's purpose by affecting the behavior of others. The distinction between them is one of degree, both in the nature of the behavior and in the tangibility of the resources. Command power – the ability to change what others do – can rest on coercion or inducement. Co-optive power – the ability to shape what others want – can rest on the attractiveness of one's culture and values or the ability to manipulate the agenda of political choices in a manner that makes others fail to express some preferences because They seem to be too unrealistic.

⁵ No original: [...] the set of values and practices that create meaning for a society.

No final da década de 1980, Nye desenvolveu o conceito a partir da análise do exemplo dos Estados Unidos, em que Hollywood ocupa uma posição de destaque. O autor afirma que o cinema estadunidense foi utilizado desde a Segunda Guerra Mundial como ferramenta de propaganda. Em 1942, o presidente Franklin Roosevelt (1882-1945) fundou o Escritório de Informações de Guerra (em inglês, *Office of Wartime Information* – OWI) com o objetivo de combater o avanço da propaganda alemã. Para tal, utilizou os meios de comunicação disponíveis para transmitir informações supostamente confiáveis, porém, com o real propósito de propagar os ideais do país norte-americano, reformulando o *habitus* para privilegiar os costumes e valores estadunidenses.

O cinema hollywoodiano foi amplamente empregado nessa tarefa e as sugestões do OWI resultavam em adições e descartes aos filmes, em alguns casos até a cassação de licença de alguns estúdios (NYE, 2004). Contudo, a maioria dos executivos cooperaram voluntariamente, tornando a venda da cultura estadunidense através de produtos comunicacionais uma estratégia adotada antes mesmo do período da Guerra Fria (NYE, 2004).

Nesse período de guerra, os recursos usados na expansão do *soft power* dos Estados Unidos foram aplicados pelo Estado e por atores independentes. Durante a Guerra Fria, a interferência governamental gerou o acúmulo de conteúdo propagandístico anticomunista no programa de política externa do país (NYE, 2004). Isso provocou discussões sobre o limite da interferência política no *soft power*, pois, dessa forma, a dominação lenta e gradual produzida pela difusão da cultura perdeu espaço para uma campanha direta e agressiva, sem resultados a longo prazo.

Nye (2011) entende que o *soft power* é fomentado parcialmente pelas políticas e diplomacia pública de um país, ao investir em serviços de inteligência nacional e programas de intercâmbio, por exemplo. Porém, para o autor, a sociedade civil é a principal responsável no estímulo do *soft power* de uma nação, porque é nela que se originam as expressões culturais nacionais (NYE, 2004). No caso dos Estados Unidos, o ex-jogador de basquete Michael Jordan, o cantor Michael Jackson, a universidade de Havard e a empresa de *softwares* Microsoft são exemplos de como pessoas e instituições desvinculadas ao Estado são capazes de internacionalizar a cultura e valores do país, impactando a política externa. Na sociedade neoliberal pós-Guerra Fria, o efeito de atração produzida pela cultura é adquirida a partir da não-interferência direta dos governos na sua elaboração, “[e]m uma sociedade liberal, governos

não podem nem devem controlar a cultura. Na verdade, a ausência de políticas restritivas por si só pode atuar como um atrativo”⁶ (NYE, 2004, p. 17).

Para que isso ocorra, há dois modos de interferência do *soft power* nos gostos dos indivíduos. O primeiro é caracterizado pela forma direta, na qual líderes são persuadidos pela competência e carisma de outros governantes e, nesse caso, as elites locais desempenham um importante papel. O segundo consiste em duas etapas, na qual a população é influenciada e acaba impactando as decisões dos líderes, nessa conjuntura o *soft power* é determinante por criar um ambiente favorável a tomada de certas escolhas desejadas por terceiros (NYE, 2011).

Nye (2004) reconhece que nenhum país deseja ser manipulado, nem mesmo por meios aparentemente sem a interferência governamental, como são os do *soft power*. Portanto, o ideal é produzir uma aculturação planejada, uma gradual interferência no *habitus* local que gere a violência simbólica necessária para o fortalecimento do poder simbólico estadunidense, através do comércio e contato, seja por trocas, visitas ou intercâmbios. Como resultado, nas décadas do pós-guerra, os Estados Unidos recebeu cerca de 700 mil intercambistas educacionais e culturais e cerca de duzentos deles se consolidaram líderes de Estados nos seus respectivos países (NYE, 2004).

Dessa maneira, apesar das trocas culturais entre o país norte-americano e os estrangeiros que deixam marcas nos costumes locais, esse contato moldou a educação dos visitantes para uma visão favorável acerca dos ideais estadunidenses. O bom relacionamento entre os países é crucial, pois “[...] políticas que aparentam serem em interesse próprio ou apresentadas arrogantemente estão mais propensas a consumirem que produzirem *soft power*. Na melhor das hipóteses, as longas relações amistosas podem tornar os outros mais tolerantes [...]”⁷ (NYE, 2004, p. 110, tradução da autora). O *soft power* é uma estratégia utilizada por diversos soberanos para promover seus pontos fortes, porém, para ser eficaz, os símbolos divulgados devem coincidir com a realidade do local (NYE, 2011).

Por outro lado, a intervenção do Estado empregando o *hard power* pode gerar consequências prejudiciais para a política externa. Após a Segunda Guerra Mundial, com a crescente predominância de relações diplomáticas, as demonstrações coercitivas de poder tornaram-se prejudiciais à imagem de um Estado (NYE, 2004). Em 2003, por exemplo, o presidente estadunidense George W. Bush atacou o Iraque contrariando a resolução do

⁶ No original: In a liberal society, government cannot and should not control the culture. Indeed, the absence of policies of control can itself be a source of attraction.

⁷ No original: [...] policies that appear narrowly self-serving or are arrogantly presented are likely to consume rather than produce soft power. At best, long-standing friendly relationships may lead others to be slightly more tolerant in their responses.

Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e provocou a Guerra do Iraque. As acusações que motivaram a invasão do país, possuir armas biológicas e químicas, se mostraram infundadas, fomentando dúvidas sobre a legitimidade da ação e queda no número de apoiadores. Para Nye (2004), a posterior inabilidade de reestabelecer a paz no Iraque é consequência do declínio do *soft power* estadunidense, que foi abalado pela interferência coercitiva em outro país.

Para que a dominação se mantenha, o emprego dessas duas formas de poder deve ser visto como legítima. A invencibilidade e superioridade militar são atrativas, contudo, no contexto histórico do pós-guerra, em que as relações diplomáticas são cada vez mais valorizadas, esse tipo de recurso se torna progressivamente injustificável. Assim como o *soft power*, quando o *hard power* é usado de modo arbitrário e arrogante, o país tem a sua imagem abalada, deteriorando a política externa, como no caso dos Estados Unidos na Guerra do Iraque (NYE, 2004) (BALLERINI, 2017).

A principal característica para a consolidação do *soft power* e/ou poder simbólico de uma nação é a necessidade do desconhecimento dos indivíduos dominados para aceitação e efetivação. O conceito elaborado para descrever a importância da cultura no final do período da Guerra Fria se expandiu e alcançou um papel essencial nas relações diplomáticas entre os países nas primeiras décadas do século XXI. É interessante observar que, apesar dos impactos políticos, não é uma forma de poder que possa ser exclusivamente concebida pelos governantes e, por esse motivo, uma das táticas adotadas é o investimento no campo artístico, gerando capital cultural e simbólico para o país.

O próximo capítulo focará na relação entre livros e os pressupostos teóricos apresentados, discorrendo sobre o papel do século XVII para a história do livro, principalmente durante o reinado de Luís XIV da França que ao se tornar mecenas da arte francesa ampliou a repercussão da sua imagem pelo continente.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Bourdieu afirma que o poder simbólico é “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (1989, p. 8-9) e os sistemas simbólicos que dele resultam, como a arte, são estruturas estruturantes, “instrumentos de conhecimento e de construção de mundo dos objetos” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Deste modo, compreende-se que a arte é um sistema simbólico estruturador do mundo social cuja característica política gera uma violência simbólica efetiva e atinge principalmente os indivíduos que não possuem conhecimento sobre ela.

Esse capítulo apresenta uma contextualização do período histórico em que a coleção *Ad usum Delphini* está inserida, destacando a forma como o *soft power* e o poder simbólico foram empregados para, como constatado por Nye, moldar as preferências de outrem a partir de seu poder de atração, seguindo as características apresentadas por Bourdieu para o seu êxito. A exposição desses elementos possibilitará a identificação das estratégias usadas por Luís XIV no decorrer do Antigo Regime francês para estabelecer seu poder absoluto na França e tornar o país o centro cultural e político europeu.

2.1 – A política na história dos livros

A relação dos leitores com os livros é o fenômeno que marca as mudanças nas formas de leitura e usos do livro ao longo do tempo. Segundo o paleógrafo italiano Guglielmo Cavallo e o historiador francês Roger Chartier (2004), escritores não escrevem livros, mas sim textos que serão adaptados para as mais diversas categorias de formatos manuscritos, impressos ou digitais. A Grécia Antiga é um exemplo de sociedade na Antiguidade Clássica em que a escrita era considerada o meio de fixação e conservação de textos (CAVALLO; CHARTIER, 2004), apesar de ter forte tradição oral (BRIGGS; BURKE, 2006).

As peças teatrais e os discursos nas assembleias se tornavam composições fluidas e coletivas, pois os temas e frases eram frutos de constantes adaptações dos oradores, atores, cantores e contadores. Essa criação compartilhada, entretanto, gerava tantas mudanças no texto que impossibilitava determinar sua forma original. Na implantação da democracia em Atenas (508-507 a.C.), a produção de manuscritos para a leitura pública foi primordial na sustentação do regime (CAVALLO; CHARTIER, 2004).

Desse momento em diante, “a literatura dependeu [...] da escrita e do livro: confiava a esses instrumentos a composição, circulação e conservação das obras”⁸ (CAVALLO; CHARTIER, 2004, p. 27, tradução da autora). Ainda na Antiguidade, Alexandre Magno (356-323 a.C.), ao erguer a Biblioteca de Alexandria, que contava com o catálogo de cerca de meio milhão de manuscritos, tornou-se outro exemplo da confiança na tradição escrita. A biblioteca teve grande impacto entre seus contemporâneos e potencializou uma escola de críticos que só voltaria a se desenvolver na era dos impressos (BRIGGS; BURKE, 2006).

Alexandria foi uma cidade fundada por Alexandre, o Grande em 331 a.C. e se localizava a oeste do rio Nilo. A nova capital do reino egípcio, centro da cultura helenística no Egito, precisava construir sua própria memória para ganhar relevância. A Biblioteca de Alexandria valorizou a cidade composta de imigrantes e se tornou o centro de todo o conhecimento já produzido, atraindo estudiosos greco-romanos e do Mediterrâneo helenístico (SCHWARCZ et al., 2002).

O novo arquétipo de biblioteca que despontava não se destinava à leitura, mas “[...] a realização de uma utopia antiga que supunha o acúmulo de todos os textos da terra, bem no centro do palácio real” (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.). Deste modo, o modelo de biblioteca privada, anexada a uma escola filosófica e patrocinada pelos estudantes que vigorava em Atenas foi substituído por um em que o Estado era o responsável pela administração e financiamento, enaltecendo a figura do soberano. Esse modelo inspirou a criação de diversas bibliotecas na Antiguidade, principalmente em Roma a partir do governo de Júlio César que, em seu auge, contou com vinte e oito bibliotecas públicas pelo império (SCHWARCZ et al., 2002).

Para Cavallo e Chartier (2004), esse então inédito padrão atendia, em parte, ao propósito de demonstrar o poder dos governantes, em que a posse de produtos culturais – nesse caso, livros – exprimia a materialização da face intangível desse poder, o qual não poderia ser traduzido apenas por meio de conquistas militares e êxitos econômicos. Os grandes líderes da Antiguidade já compreendiam a necessidade e a influência que resultavam no fomento à cultura local e encontraram no livro um meio de construir o que no século XX seria conhecido e teorizado a partir dos conceitos de poder simbólico e *soft power*.

[...] a ideia do catálogo [...] entendida não como um espaço físico para a acumulação de livros ou um lugar de leitura, mas, sobretudo, como um lugar simbólico que acolhe novas relações com o tempo, tal como sugerido por Goulemot (2006): um tempo de acumulação, um tempo de leitura, concebida, neste caso, primeiro como um diálogo diferenciado entre leitores e editores, um tempo de difusão, que acompanha a história do surgimento das bibliotecas. (DUTRA, 2010, p. 69)

⁸ No original: La literatura de la época dependía toda en adelante de la escritura y del libro: a esos instrumentos se les confiaba la composición, circulación y conservación de las obras.

No século V, com a queda do Império Romano do Ocidente, os manuscritos ficaram “[...] quase que restritos aos conventos e mosteiros, que se converteram em locais privilegiados para a compilação e conservação de livros” (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.). Os mosteiros tinham pequenas bibliotecas que se multiplicavam lentamente com o trabalho dos monges escribas, reproduzindo obras para conservação no acervo ou venda. A transição das bibliotecas da Antiguidade para as biblioteca medievais representou o deslocamento do capital cultural dos antigos líderes e impérios para uma única instituição, sinalizando a transição de poder dos governantes para a Igreja. O acúmulo desse capital deu autoridade para o clero controlar o que deveria ser do conhecimento dos fiéis.

Por outro lado, a diminuição da circulação dos livros limitou a produção de saber que aflorou na Antiguidade e, como detentora desse capital cultural na Europa ocidental, permitiu que a Igreja dominasse o campo cultural e tivesse enorme influência no campo político da época. Muitos séculos passaram até que os primeiros sinais do declínio hegemônico nesse campo fossem perceptíveis, apenas a partir do século XII os locais de confecção, o formato e as práticas de leitura começaram a mudar, acompanhando a criação de faculdades e o ressurgimento de cidades europeias. Com a ascensão do poder real, as bibliotecas reconquistaram espaços fora dos mosteiros e as instituições gradualmente voltaram a se concentrar sob o domínio dos governantes, os reis (SCHWARCZ et al., 2002).

No entanto, a falta de livros disponíveis ao público foi suprida somente com a criação da tipografia no Ocidente por Johannes Gutenberg em 1450. De acordo com o bibliotecário e brasilinista inglês Laurence Hallewell, acompanhando as Grandes Navegações e a instituição do primeiro Estado-nação da era moderna, Portugal, o período de transição entre a Idade Média e a Modernidade também testemunhou a invenção da tipografia (2012), que se expandiu pela Europa de forma estrondosa e estima-se que até o ano de 1500, treze milhões de cópias impressas circulavam o continente (BRIGGS; BURKE, 2006). Como visto, se o problema na Idade Média era a escassez de livros, o início da Idade Moderna trazia a abundância. A multiplicação das cópias disponíveis obrigou a ampliação das bibliotecas e rapidamente a atividade impressora passou a integrar a cultura local.

[...] os primeiros cinquenta anos da impressão na Europa ajustam-se claramente à ideia de um “interregno” entre a Idade Média e a Era Moderna, pois constituem uma época de transição em que a antiga tradição dos manuscritos cede claramente lugar a uma nova técnica que possibilita atingir os mesmos objetivos com mais rapidez e a custo mais baixo (HALLEWELL, 2012, p. 36)

Segundo Cavallo e Chartier, “[...] foi dado como objeto à história do livro a presença desigual do livro em diferentes grupos de uma sociedade”⁹ (2004, p. 18, tradução da autora). A história do livro é marcada pelo acúmulo de capital cultural e simbólico de um seletivo grupo em uma sociedade, resultando na predominância da visão desses detentores. Ao afirmar que “[n]a luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo” (BOURDIEU, 1989, p. 145), Bourdieu compreende que, assim como observado por Cavallo e Chartier (2004), o monopólio do capital por determinados agentes guiou os rumos da história, nesse caso, a do livro.

Enquanto os impressos despontavam entre a população europeia, viravam motivo de preocupação para as autoridades e igrejas, que tentaram controlar as publicações por sistemas de censuras. A mais conhecida delas é o *Index Librorum Prohibitorum*, Índice de Livros Proibidos, organizado pela Igreja Católica durante a Contrarreforma, movimento iniciado em 1545 e organizado pela Igreja Católica com o objetivo de impedir o avanço da Reforma Protestante, e consistia em um catálogo que reunia todos os livros considerados heréticos, imorais e mágicos, proibidos à leitura dos fiéis (BRIGGS; BURKE, 2006).

Outro fenômeno atrelado a era dos impressos foi o estímulo ao uso da publicidade. De viés econômico e político, os anúncios e propagandas possibilitaram um meio de comunicação que criasse o sentimento de aproximação entre soberanos e súditos. A reputação de Luís XIV, rei da França, “se deveu muito à nova tecnologia” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 75), pois, inspirado nos líderes da Antiguidade que usavam a sua imagem como propaganda, principalmente os imperadores romanos, incentivou a produção artística, literária e científica francesa com a mesma finalidade. No decorrer de seu reinado, centenas de retratos e medalhas foram postos em circulação para a comemoração dos seus principais feitos e eventos.

Segundo a biblioteconomista Kátia Carvalho “[...] a biblioteca, primeiro sistema de informação que se tem notícia desde a Antiguidade, reforça a importância da cidade e expressa o desejo humano de registrar e fazer circular a informação e conhecimento” (2011, p. 189). O destaque francês na produção de conhecimento erudito e circulação de informação se iniciou a partir do século XVI, substituindo a o centro renascentista, Itália, a partir do século XVIII (HALLEWELL, 2012), e, para tal, a criação de bibliotecas e o incentivo ao mercado editorial foi fundamental, possibilitando que os pensamentos difundidos na França atingissem outros

⁹ No original: [...] la historia del libro se ha dado como objeto la medida de la desigual presencia del libro en los diferentes grupos que integran una sociedad.

territórios e, quando introduzidos, auxiliar no processo de mediação entre a cultura francesa e a local (CARVALHO, 2011).

Foi também no final do século XVI que os impressores ativos de Lyon começaram a explorar a enfraquecida posição de seus irmãos espanhóis e imprimiram em espanhol para o mercado de língua espanhola. Teve início, assim, uma tradição de publicações francesas para a Espanha e América espanhola que perdurou até a véspera da Primeira Guerra Mundial. Lyon foi também a principal fonte de importações estrangeiras de livros para Portugal e vários impressores dessa região da França mudaram-se para Lisboa, durante o século XVIII, para estabelecer aí seus próprios negócios de edição e venda de livros. (HALLEWELL, 2012, p. 59)

Essa foi uma estratégia recorrente ao longo da história e possibilitou a violência simbólica nos processos de dominação empregados pelos agentes detentores desse poder, como observado nas figuras de Alexandre Magno e Luís XIV. Outro exemplo constatado pelo jornalista Franthiesco Ballerini (2017) é a utilização do cinema para a dominação do cenário internacional pelos Estados Unidos, “[s]eja por intervenção direta do poder político ou por livre e espontânea vontade dos produtores de Hollywood, o fato é que o cinema ajudou a consolidar o poder duro norte-americano por meio de seu poder suave de formas distintas a cada época” (2017, n.p.).

Os livros, portanto, assim como Hollywood, resultam em um produto que desde a Antiguidade é convertido em capital cultural e simbólico e consolida o poder simbólico do agente detentor, isto é, o monopólio de sua produção e divulgação representa a concentração de poder na pessoa ou instituição governante, como pode ser observado no caso das bibliotecas. Seja na Antiguidade, Idade Média ou Modernidade, os livros foram utilizados como propaganda de líderes e regimes, auxiliando estratégias políticas que, para fortalecer o *hard power* e instituir uma dominação sem resistência dos subalternos, empregou métodos indiretos de influência.

2.2 – O absolutismo e o reinado de Luís XIV

Esta sessão discorre sobre a ascensão do Estado Moderno absolutista e o reinado de Luís XIV, por a política ser um tema importante para a pesquisa, é necessário contextualizar o sistema de governo em voga nesse período histórico. Dividido em duas subseções, a primeira aborda a trajetória da edificação do absolutismo e a segunda trata especificamente sobre o governo de Luís XIV.

2.2.1 – O surgimento do Estado Moderno

A Modernidade é resultado de transformações políticas, culturais, religiosas, científicas e econômicas que marcaram o declínio da Igreja Católica como a detentora do saber. Esse

movimento teve grande impacto na história do livro e pôde ser observado a partir do declínio das bibliotecas monásticas e no aumento da circulação de impressos. Para o jurista Bruno Albergaria (2012), essa decadência tem suas raízes em eventos como o avanço da ciência devido à peste negra, o sistema jurídico autoritário da Santa Inquisição e a teoria heliocêntrica de Nicolau Copérnico (1473-1543), que se opunha à teoria geocêntrica aceita até o momento pela Igreja, a qual afirmava ser a Terra o centro do Sistema Solar.

Entretanto, o ponto inicial da crise na hegemonia do saber é a reforma proposta por Martinho Lutero (1483-1546), teólogo alemão que pregava a renovação das práticas católicas, entre elas o fim da venda de indulgências e do celibato do clero. Após ser excomungado pelo papa Leão X, Lutero ficou exilado no castelo de Wartburg, na Alemanha, e traduziu a Bíblia para o alemão, antes escrita apenas em latim, proporcionando uma interação mais íntima entre Deus e os fiéis, sem a mediação do clero (ALBERGARIA, 2012).

A Reforma Protestante promovida pelas propostas de Lutero fragmentou o território europeu em diversas religiões e incentivou novas interpretações religiosas de pensadores e governantes, como o teólogo francês João Calvino (1509-1564) e o rei inglês Henrique VIII (1491-1547). Segundo os historiadores ingleses Asa Briggs e Peter Burke (2006), as discussões fomentadas pela reforma contribuíram fortemente para o despontar do pensamento crítico e para o princípio do que viria a ser a opinião pública, utilizando ferramentas como debates comunitários e distribuição de panfletos. Dessa forma, “[o] envolvimento do povo na Reforma foi tanto causa quanto consequência da participação da mídia. A invenção da impressão gráfica solapou o que foi descrito [...] como monopólio de informação da Igreja medieval [...]” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 82).

Ler é uma forma de sabedoria e assim a leitura pode ser entendida como acesso aos conhecimentos produzidos pelo pensamento humano. Nesse caso, a leitura é uma via de acesso para a aquisição de novos conhecimentos e que pode conduzir à cidadania que é própria da esfera privada e depende do campo social onde se insere e se articulam escola, biblioteca e família. (CARVALHO, 2011, p. 188)

A adoção da língua vernacular por Lutero foi uma estratégia que, apesar de tirar os seus escritos dos círculos acadêmicos europeus, permitia-o se comunicar livremente com todos os germânicos. Essa tática tornou possível que, mesmo se fosse condenado pela Inquisição, seus escritos continuassem em circulação, pois a tipografia viabilizava a sobrevivência dos textos a preços acessíveis (BRIGGS; BURKE, 2006). Briggs e Burke (2006) afirmam que, graças à impressão, a Reforma Protestante virou uma revolução duradoura.

Segundo Bourdieu (1989), o capital simbólico adquirido durante a formação do agente é investido na luta simbólica pela produção de senso comum para que, assim, possam impor

legitimamente a sua visão do mundo social. Visando essa legitimação, há dois tipos de estratégias simbólicas a serem adotadas: a primeira consiste no ato individual, em que uma pessoa se empenha para impor o seu ponto de vista, podendo ser correspondido pelos demais; a segunda “[...] é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*” (BOURDIEU, 1989, p. 146).

A Igreja possuía a produção hegemônica do senso comum. No entanto, Lutero, em um ato individual, iniciou uma reforma que encontrou apoio em diversas localidades na Europa, insatisfeitos com a visão do mundo social imposta até o momento. A Igreja Católica tentou controlar o avanço do protestantismo, empregando o seu capital nessa luta simbólica por meio da Contrarreforma que, tendo início com o Concílio de Trento (1545), inaugurou a Companhia de Jesus e instituiu uma lista de livros proibidos. Essa reação, contudo, evidenciou que o Vaticano não era mais o único detentor da violência simbólica legítima como foi na era medieval.

2.2.2 – Reinado de Luís XIV

As Grandes Navegações e o Renascimento também contribuíram para o distanciamento da forma de governo baseado no sistema feudal que vigorou na Idade Média. Nesse período de transição, alguns pensadores auxiliaram através de seus escritos na criação de Estados cada vez mais laicos e centrados na figura do governante. Entre eles está o florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527), considerado o fundador da ciência política moderna, o jurista francês Jean Bodin (1529-1596), o filósofo inglês Thomas Hobbes (1586-1679), o teórico político inglês Robert Filmer (1588-1653) e o teólogo francês Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704).

Os escritos desses pensadores formaram uma teoria política conhecida como Absolutismo, por sua vez baseada na autoridade da figura do patriarca, isto é, do rei, que representaria a vontade de Deus na Terra. Embora seja uma forma de governo totalmente centrada na imagem do rei, estimulou o desenvolvimento da ideia de Estado, reforçando o poder real e incentivando produções intelectuais de juristas e teólogos (ALMEIDA, 2017). Nos Estados-nações que se estabeleceram nesse contexto, fortificou-se o sentimento de patriotismo e gerou o de cidadania. O exemplo mais emblemático da utilização dessa teoria política na prática foi o reinado de Luís XIV da França, também conhecido como Rei Sol.

Filho de Luís XIII e Ana da Áustria, Luís nasceu no dia cinco de setembro de 1638 em Saint-Germain-en-Laye, França. Após a morte de seu pai em 1643, Luís herdou o trono, porém, devido a sua idade, sua mãe governou como regente. Ao Cardeal Jules Mazarino (1602 -1661) é atribuída a educação política do jovem rei que, aos doze anos, já presenciava alguns conselhos

administrativos (ALMEIDA, 2017). Durante o período da regência, Mazarino comandou o país através da rainha Ana e passou a ser visto como uma figura em busca de dinheiro e influência. Isso gerou uma disputa, inicialmente entre a monarquia e o Parlamento, que envolveu a aristocracia francesa, e, somado com o aumento dos impostos devido a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), resultou em um conflito civil que se dispersou pela França e ficou conhecido como as Frondas (1648-1653). Vários nobres se uniram contra a regência e os conflitos se espalharam entre as cidades e províncias francesas por anos.¹⁰

O reinado de Luís XIV é dividido em duas fases: a primeira consiste no conturbado período de regência, finalizado com a morte de Mazarino. Quando Luís XIV assume o governo em 1661, dá início à segunda fase, que durou até a sua morte em 1715. Ao atingir a maioridade, o rei optou por dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo cardeal, aperfeiçoando-o onde foi cabível. Por exemplo, reduziu o número de pessoas que integravam o Conselho Secreto, centro de tomada de decisões políticas, para o rei e mais três membros, os ministros Hugues de Lionne, Michel Le Tellier e Nicolas Fouquet, os quais serviram ao governo anterior de Mazarino. Após alguns desentendimentos com Luís XIV, o superintendente de finanças Fouquet foi preso e Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) o substituiu no que ficou conhecido como *Conseil d'en haut* (ALMEIDA, 2017).

A França se encontrava enfraquecida economicamente nesse período por conta das sucessivas guerras e revoltas que envolveram o país. Colbert foi encarregado a promover reformas financeiras para apaziguar os ânimos dos populares. O superintendente adotou a estratégia de valorização da exportação dos produtos franceses, incentivando o comércio e a indústria manufatureira. Dessa maneira, o reino aumentava a receita por meio da coleta de impostos sem necessariamente elevar as taxas. O exército francês também passou por reformas que, sob comando de Le Tellier e de seu filho François-Michel, Marquês de Louvois, trocaram o antigo modelo de regimentos privados para um que obedecia diretamente ao Estado (ALMEIDA, 2017). Nesse período surgiu também as primeiras formas de serviço militar obrigatório (ALMEIDA, 2017).

As escolhas decisivas feitas por Luís XIV privilegiavam a política externa, deixando a economia em segundo plano. A Igreja foi outro motivo de preocupação para o rei que, sabendo que as propriedades rurais do clero lucravam abundantemente e que o alto clero era composto

¹⁰ Para evitar novas tentativas de revoltas e controlar a aristocracia francesa, Luís XIV deu continuidade ao projeto de construir o Palácio de Versalhes, concluído em 1682. Fonte: <<https://en.chateauversailles.fr/discover/history/great-characters/louis-xiv#from-royal-residences-to-the-palace-of-versailles>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

por filhos de nobres, ambicionava controlar toda a aristocracia francesa. A revogação do Édito de Nantes em 1685, que garantia a liberdade religiosa na França, foi um ponto divisório no reinado de Luís XIV. Tal medida assegurou o apoio da Igreja Católica, mas provocou o êxodo de milhares de protestantes, deixando o país desprovido de boa parte da mão-de-obra especializada e do comércio que vinha sendo incentivado até o momento. Desse momento em diante, as características das decisões políticas tomadas pelo rei visaram a centralização do governo e da nobreza no Palácio de Versalhes e a adoção de medidas belicistas.

Para Nye (2004), o *hard power* e o *soft power* estão relacionados porque são formas de influenciar o comportamento de outros indivíduos para determinado objetivo ser alcançado. Luís XIV usou essas duas estratégias para tornar legítima sua pretensão à expansão territorial, o que representava o fortalecimento da França como uma potência militar, e divulgar sua imagem e de seu reino pela Europa. Se a maneira de obter êxito na primeira medida era o grande investimento no exército para ampliar seu poder de coerção, o da segunda era nas artes e ciências. Segundo Briggs e Burke (2006), a propaganda já era um meio de comunicação utilizado na Antiguidade, principalmente em Roma, para difundir a imagem de um imperador. Estátuas eram colocadas por todo o território romano para representar a grandiosidade do governante. Considerando que “as imagens eram tanto um meio de transmitir informação como de persuasão” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 17), a Igreja Católica utilizou essa tática na difusão da imagem de Jesus Cristo através das pinturas.

Luís XIV sabia que era necessário interagir com o público por intermédio dos meios disponíveis, como peças teatrais, poemas, gravuras, pinturas, medalhas e tapeçarias (BRIGGS; BURKE, 2006). Essas reproduções recorreram a alegorias para idealizar a imagem que o rei desejava transmitir, relacionando-o a deuses e heróis clássicos, como Hércules e Marte, e monarcas antecessores, como Carlos Magno (742-814). A simbologia usada na representação de Luís XIV também estava vigorosamente ligada ao Sol, o emblema do deus Apolo¹¹ na mitologia grega e a estrela que ilumina o planeta Terra. Com o tempo, converteu-se em sua própria denominação, demonstrando quão bem esse capital cultural e simbólico foi empregado. O Rei Sol, ao se tornar mecenas das artes, utilizou o *soft power* para produzir uma visão do mundo social no qual os plebeus e a nobreza aceitavam a imagem de uma monarquia e soberano gloriosos.

¹¹ Segundo a biografia de Luís XIV, a intenção da adoção desse emblema era relacioná-lo com Apolo, deus da paz e das artes. Dessa forma, o monarca trazia para si a missão de restaurar a paz e de ser patrono das artes. Mais informações em: <<https://en.chateauversailles.fr/discover/history/great-characters/louis-xiv#from-royal-residences-to-the-palace-of-versailles>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

Segundo Nye, “[...] as produções que geram *soft power* vêm em grande parte dos valores que uma organização ou país expressam através de sua cultura, nos exemplos de suas práticas e políticas internas e na maneira que como lidam com os outros”¹² (2004, p. 8). É uma tarefa difícil para os governos controlarem o *soft power*, já que muitas vezes são representados por meio de expressões culturais produzidas sem um viés político. Entretanto, para não ser um empecilho para os projetos absolutistas do rei, Luís XIV atribuiu ao ministro Colbert a responsabilidade de supervisionar o patronato real das artes a partir de 1664 (ALMEIDA, 2017).

Colbert desempenhou um papel muito importante, pois foi o encarregado de fazer os artistas e a arte convergirem para um mesmo ideal. As *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* (1663) e *Académie des Sciences* (1666) foram ambas instituições criadas devido o empenho do ministro com o objetivo inicial de prestigiar a imagem do rei, e com atuação conjunta da *Académie Française* (1635), promoviam obras artísticas, literárias e estudos científicos em nome do monarca. Além das instituições que posteriormente integrariam o *Institut de France* (1795), Colbert incentivou a atividade de artistas e escritores independentes franceses e estrangeiros, como o dramaturgo Jean-Baptiste Poquelin (1622-1673), mais conhecido por Molière; o compositor italiano radicado francês Jean-Baptiste Lully (1632-1687); o poeta e dramaturgo Jean Baptiste Racine (1639-1699); o pintor e escultor Antoine Benoist (1632-1717); e o escultor e arquiteto italiano Gian Lorenzo Bernini (1598-1680).¹³

A França durante a atuação de Colbert foi um solo fértil para a produção artística e não se limitou aos artistas franceses. Essa atratividade resultou em um período produtivo na história da arte, pois diversos artistas se deslocaram de seus países de origem, principalmente das cidades italianas, centro do Renascimento, para França.

A aplicação do *soft power*, entretanto, não se limita a esse período da história francesa. Nye (2011) destacou a utilização desse recurso principalmente após momentos de emprego do *hard power* de forma exacerbada. Após a Revolução Francesa, com a popularidade do país em baixa, foram enviados agentes franceses para a América com o objetivo de influenciar diretamente a opinião pública; no século XIX, a derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-

¹² No original: [...] the resources that produce soft power arise in large part from the values an organization or country expresses in its culture, in the examples it sets by its internal practices and policies, and in the way it handles its relations with others.

¹³ Mais informações sobre os artistas e análise das obras estão disponíveis em: <<https://artsandculture.google.com/exhibit/luís-xiv-a-construção-de-uma-imagem-política-palace-of-versailles/IQKi0IFV0mUgLA?hl=pt-BR>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

1871) maculou a imagem do país, o que levou o governo a criar a Aliança Francesa, fundada em 1883 para resgatar o prestígio através da difusão da língua e cultura (NYE, 2011).

Nos séculos XVII e XVIII, a França promoveu a sua cultura pela Europa. O francês não apenas se tornou a língua da diplomacia como também foi adotada em algumas cortes estrangeiras, como a da Prússia e da Rússia. Durante a Revolução Francesa, ao divulgar a ideologia revolucionária, a França buscou passar por cima dos governantes estrangeiros e apelar diretamente para a população desses países. Depois da derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), o governo francês tentou reparar o seu prestígio estilhaçado promovendo sua língua e literatura por meio da Aliança Francesa, criada em 1883.¹⁴ (NYE, 2004, p. 100, tradução da autora)

Conforme os exemplos do uso do *soft power* na história francesa, é possível observar que essa forma de poder foi utilizada para desassociar a imagem negativa que o país conquistou depois de períodos de emprego desproporcional do *hard power*. No entanto, a posse e investimento de tamanho capital cultural, que se reverte em simbólico, possibilitou à França moldar seus interesses e valores de forma atrativa aos cidadãos e estrangeiros e, conquistado esse *soft power*, aliar ao *hard power* adquirido com o forte poderio militar que definiu as bases do que seria, por excelência, um Estado absolutista. Desse modo, décadas após o reinado de Luís XIV, a França manteve importante papel na formação cultural de países afastados do centro artístico e acadêmico europeu, como Portugal e Brasil.

2.2 – A coleção *Ad usum Delphini*

Como visto, o rei Luís XIV utilizou as artes para desenvolver uma forma de poder que seria teorizada a partir do século XX. Para estabelecer esse poder simbólico, como Bourdieu o denominou, ou *soft power*, como ficou conhecido nos estudos de Nye, o monarca observou a necessidade de, representando a imagem do Estado, investir na produção artística, científica e cultural francesa.

Um dos investimentos foi o financiamento real da coleção *Ad usum Delphini*, composta por sessenta e três volumes publicados entre 1674 e 1730. Os quarenta autores¹⁵ clássicos latinos estavam sob a responsabilidade editorial de Charles de Sainte-Maure (1610-1690), o duque de Montausier, um dos tutores do Delfim da França, e contava com a supervisão

¹⁴ No original: In the seventeenth and eighteenth centuries, France promoted its culture throughout Europe. French not Only became the language of diplomacy but was even used at some foreign courts, such as those of Prussia and Russia. During the French Revolution, France sought to goover the heads of foreign governments and appeal directly to their countries' populations by promoting its revolutionary ideology. After its defeat in the Franco-Prussian War, the French government sought to repair the nation's shattered prestige by promoting its language and literature through the Alliance Française, which was created in 1883.

¹⁵ Os autores são: Salústio, Cornélio Nepos, Fedro, Terêncio, Veleio Patérculo, Justino, Claudiano, Júlio César, Quinto Cúrcio, Manílio, Plauto, Tito Lívio, Valério Máximo, Floro, Boécio, Lucrécio, Marcial, Aulo Gélio, Aurélio Vítor, Pompeu Festo, Cícero, Tácito, Virgílio, Eutrópio, Juvenal, Pérsio, Suetônio, Catulo, Tibulo, Propércio, Plínio o Velho, Estácio, Prudêncio, Apuleio, Ovídio, Horácio, Ausônio, os autores panegíricos, Dares Frígio e os dictis de Creta.

científica do bispo Pierre-Daniel Huet (1630-1721). Por ser um dos primeiros exemplos de censura explícita na história editorial, ao longo do tempo, o título da coletânea virou um sinônimo de obras que passaram por expurgos.

A coleção está inserida em um contexto histórico de declínio cultural da língua latina, mas no qual a sua adoção, além da necessidade de resgatar a cultura da Antiguidade Clássica para reafirmar a hegemonia francesa, representa a relevância do latim no campo acadêmico daquele período. Se Lutero optou pela utilização da língua vernácula para difundir os ideais da Reforma Protestante entre a população germânica, ao produzir uma coleção completamente em latim, pretendia-se, ao contrário, disseminá-la pela Europa.

O resgate de uma cultura antiga, ressaltando os valores milenares, na tentativa de sobrepujar os efeitos negativos do *hard power* é uma estratégia que busca edificar o *soft power* de determinado Estado centralizador que objetiva o expansionismo, como foi a França durante o reinado de Luís XIV. A China, a partir do século XXI, passou a utilizar estratégia semelhante para disputar a soberania entre nações. Segundo o especialista em cultura chinesa Mikael Gorostiaga:

No começo do século 21, a China se dedicou a produzir uma nova imagem para o mundo, com uma diplomacia inspirada no refinamento e na delicadeza de sua cultura tradicional, bem como na sabedoria de seu patrimônio confucionista. O movimento tem dupla intenção: redefinir uma nova identidade equilibrada da nação chinesa e do seu povo e melhorar a sua posição no sistema internacional. O último movimento de propaganda da China se chama ‘sonho chinês’, cuja identidade baseia-se no resgate da cultura tradicional, dos valores da gentileza, cultura e abundância, numa forma muito mais feminina e leve do que no passado. Porém, por trás das máscaras e das imagens doces e infantis, a intenção fica claramente agressiva com a meta de reconquistar o mundo e competir diretamente com o ‘sonho americano’ (apud BALLERINI, 2017, n.p.).

De modo similar, deu-se o incentivo às produções artísticas que, por meio de referências à cultura da Antiguidade Clássica, buscavam reformular a imagem do rei e do reinado e consolidar a soberania francesa no continente europeu. A coleção *Ad usum Delphini*, assim como o resgate da arte tradicional chinesa no século XXI, possibilitou a expansão do poder simbólico/*soft power* em períodos de atuação de atividade censória e de iniciativas que visavam a expansão do *hard power*.

Contudo, é necessário que as obras artísticas e literárias sejam produções individuais ou coletivas espontâneas, sem interferência de terceiros aparente em seu conteúdo. No caso da coleção *Ad usum Delphini*, a iniciativa partiu do duque de Montausier, protestante convertido que provou sua lealdade e capacidade militar ao governar a província de Angoumois durante as Frondas. Como recompensa e reconhecimento, em 1668, foi escolhido para cuidar da educação do futuro rei, Luís, o Delfim da França (1661-1711), cargo que o elevou a um dos homens mais

importantes do país. O seu dever era transmitir ao príncipe os méritos que conquistou através de métodos pedagógicos que estimulassem a religiosidade e intelectualidade. Após a morte do antigo preceptor do delfim, Octave de Périgny (1625-1670), o rei escolheu Huet e Bossuet para ocuparem o posto vacante.

A coleção que publicou as obras completas de quarenta autores de língua latina, os que o jurista, escritor e gramático latino Aulo Gélio considerou como clássicos (MURANI, 2013), inicialmente tinha a proposta de publicar todos os escritores latinos. Entretanto, com as dificuldades enfrentadas nos primeiros volumes, logo foi abandonada (VOLPILHAC-AUGER, 2000). Os dois responsáveis pela coleção optaram por uma plena imersão no latim, contrariando as tendências da época, inclinadas a publicações bilíngues (MURANI, 2013).

Em 1669, Montausier definiu as características adotadas para a coleção: o texto original, a tradução para um latim mais compreensível (*interpretatio*) e as notas, geralmente sobre história e mitologia. O título do príncipe no nome da coleção – *Ad usum Delphini*, “para uso do delfim” em português – tinha o objetivo de ser um estímulo cultural para a promoção da monarquia francesa em toda Europa, por tornar a educação do futuro rei acessível aos súditos. A parte pré-textual dos volumes contém página de rosto, frontispício, louvores ao delfim (*Epistola Serenissimo Delphino*), exaltação aos três tutores e ao autor abordado (*proefatio* ou *lectorem*), sucedido pela citação dos destinatários, o delfim e o público. É importante ressaltar que “público” era uma noção ainda em formação. Nesse caso a coleção o define como uma extensão do príncipe (VOLPILHAC-AUGER, 2000).

A coleção foi amplamente impactada pela censura da Contrarreforma. Segundo o prefácio do volume dedicado a Juvenal e Pérsio (1684), é possível inferir que houve diretrizes gerais acerca do conteúdo a ser censurado. O comentarista dessa edição, Louis Desprez, revela que os editores estabeleceram regras para o expurgo, removendo o que fosse considerado obsceno do texto original. Os motivos das censuras são comentadas nos prefácios e epístolas que apontam a modéstia do delfim e dos leitores como o principal fator (VOLPILHAC-AUGER, 2000), porém, são imprecisos e mal definidos, provavelmente pela variedade de pessoas encarregadas do trabalho de edição.¹⁶

Curiosamente, a censura que tanto marcou o período da Contrarreforma influenciou a criação de um novo cânone narrativo seguindo os ideais pré-estabelecidos pela Igreja Católica, pois, além da destruição de livros pela atuação de fiscais, influenciou tratados pedagógicos e listas de recomendações a partir de avaliações em relação à ortodoxia e qualidade. Nesse

¹⁶ Os volumes com expurgos são: Fedro (1675); Claudiano (1677); Plauto (1679); Marcial (1680); Juvenal e Pérsio (1684); Catulo, Tibulo e Propércio (1685); Apuleio (1688); Ovídio (1689); Horácio (1691); e Ausônio (1730).

cenário, os editores optavam por adaptações moralizantes que contavam com intervenções textuais em livros de diversos contextos culturais e sociais, gerando uma nova tendência no mercado literário que introduziu a prática de republicar obras revisadas e alteradas pelo autor (MURANI, 2013).

Apesar do nome, não é certo que o príncipe tenha usado a coleção nos estudos. A educação do delfim foi finalizada após o seu casamento, em 1680, o que significa que ele não teve contato com muitos dos volumes. Temendo a descontinuação, Montausier entrou em contato com Colbert para assegurar a posterioridade da coleção (VOLPILHAC-AUGER, 2000), que foi publicada para a população em geral. Entretanto, a incapacidade dos impressores e comentaristas em cumprirem prazos causou muita lentidão e dispersão dos trabalhos e, como resultado, teve altos custos de produção e pouco interesse da recepção, tornando-se um fracasso comercial (MURANI, 2013).

Montausier e Huet buscaram maneiras de publicar algo que cativasse o público daquele período. Ao selecionar textos que poderiam ser publicados separadamente, os dois inovaram o mercado livreiro e fundaram uma nova tradição editorial que substituiu o costume da leitura em fragmentos. A publicação do texto original de forma não-fragmentada foi introduzida para que todos tenham acesso àqueles textos, não apenas um grupo seletivo de estudiosos (VOLPILHAC-AUGER, 2000).

A desfragmentação e o desenvolvimento da reflexão histórica e política eram os princípios norteadores da coleção, vista como uma nova articulação de conhecimento e poder (VOLPILHAC-AUGER, 2000) que, séculos depois, constituiu os princípios norteadores dos estudos de Nye. Como visto no capítulo 1, “o comércio é apenas um dos meios que uma cultura é transmitida. Isso também acontece através de contatos pessoais, visitas e intercâmbios”¹⁷ (NYE, 2004, p. 13). Esses outros meios de contato permitiram, por exemplo, aos Estados Unidos exportar seus ideais e valores através dos estudantes estrangeiros que iam ao país para intercâmbios em universidades estadunidenses (NYE, 2004) e “[...] quando se aplicam [...] – diplomacia, cultura, intercâmbios das mais variadas formas – a uma nação como Cuba, esta se transforma, quase magicamente, num país aberto e simpático aos ideais de seu então maior inimigo” (BALLERINI, 2017, n.p.).

A finalidade pedagógica da coleção contribuiu para a sua aceitação em territórios avessos à influência francesa, como no caso de Cuba e Estados Unidos no século XX e XXI, apesar de seu fracasso comercial. Contudo, para que conquistasse uma posição de

¹⁷ No original: Commerce is only one of the ways in which culture is transmitted. It also occurs through personal contacts, visits, and exchanges.

destaque dentre as coleções que já existiam no mercado editorial do período, foram tomadas algumas decisões que a tornaram um modelo cultural e referência pedagógica inovadora, por exemplo, manter o texto na língua original, expurgar de acordo com a Contrarreforma e incluir uma versão em prosa comentando o original. As palavras e estrofes censuradas foram substituídas por asteriscos, mas aparecem no final de cada volume acompanhadas de seus respectivos significados ou interpretações (MURANI, 2013).

Segundo o historiador Anthony Grafton (2004), no período posterior a Idade Média, os príncipes, nobres e clérigos não estudavam os textos sozinhos, eram sempre acompanhados por mestres humanistas, apresentando-os textos de difícil compreensão e considerados perigosos para o sistema sensorial da Contrarreforma em passagens reproduzíveis e uniformes. Esse método de ensino perdurou por séculos e foi adotado pelas escolas jesuíticas durante o período absolutista. A estrutura dos volumes pode não fazer sentido para a forma de leitura praticada no século XXI, já que todos os expurgos são listados ao final de cada volume, mas se alinhava ao método pedagógico utilizado no Antigo Regime francês.

A transmissão cultural promovida a partir dos elementos citados por Nye modela as preferências dos outros indivíduos (BALLERINI, 2017), peça chave para o êxito do *soft power*. O estímulo do poder de atração influencia as escolhas dos subordinados, fazendo com que prefiram assistir filmes de Hollywood aos brasileiros, por exemplo. Para conquistar o poder absoluto, Luís XIV constatou a necessidade de aliar o fortalecimento do poderio militar francês (*hard power*) e a propaganda da imagem do Estado – que nesse momento estava representado pela figura do rei – feito por meio de investimento nas artes, literatura e ciência (*soft power*). Dessa forma, a coleção *Ad usum Delphini* integrou um plano estratégico que pretendia, ao estimular a educação dos jovens europeus, promover uma afinidade com os ideais e valores do Antigo Regime francês.

3. BIBLIOTECA À VISTA! DO TERREMOTO DE LISBOA A BIBLIOTECA PÚBLICA E IMPERIAL

Ao longo dos dois primeiros capítulos foi possível notar que, apesar das mudanças de paradigmas em cada período da história, os livros mantiveram uma função importante no processo de dominação cultural. Neste capítulo será explorado a função política sob o conceito de poder simbólico da Real Biblioteca para Portugal e posteriormente da Biblioteca Imperial e Pública para o Brasil, analisando a influência francesa, isto é, o *soft power* francês, na concretização desse projeto de política cultural.

3.1 – O Terremoto de Lisboa e a nova Real Biblioteca

A história da Real Biblioteca, também conhecida como Livraria Régia, começou com a dinastia Avis. Após a reconquista da Península Ibérica e expulsão dos mouros, D. João I, O da Boa Memória (1357-1433), iniciou uma coleção de livros para auxiliarem a educação dos infantes. Todavia, somente no decorrer do reinado de D. Afonso V (1438-1481), O Africano, houve incentivo à produção editorial, a biblioteca foi aberta aos estudiosos em geral e as taxas de importação e circulação de livros pelo reino foram isentas – nesse período ocorreu a invenção e difusão da tipografia na Europa (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002).

Durante a União Ibérica (1580-1640), os soberanos espanhóis levaram livros da biblioteca para a Espanha, ocasionando roubos e perdas. Após a Restauração, D. João IV (1640-1656) refez o acervo da Real Biblioteca, contudo, é sob o comando de D. João V (1689-1750) que a Livraria Régia teve a sua maior expansão, comparável ao mecenato praticado por soberanos e nobres de outras cortes europeias, segundo Schwarcz et al. (2002). A Real Biblioteca foi expandida de tal forma que passou a ser considerada uma das maiores da Europa, com um catálogo que contemplava as mais diversas áreas do saber – teologia, filosofia, história, direito, filologia, literatura, medicina e ciências (SCHWARCZ et al., 2002).

Para atingir esse patamar, os enviados em missões diplomáticas exerceram um papel fundamental

A tarefa tomava, assim, amplitude desmesurada para os padrões locais e revelava a intenção de d. João V de caracterizar sua Biblioteca como um “ganho da civilização”. Era sem dúvida esse um dos maiores motes do soberano, que, respaldado por d. Luís da Cunha, seguia à risca uma política que visava dar proteção a artistas, tal qual outros grandes colecionadores europeus da época: a rainha Cristina, o duque de Orleans, o grão-duque da Toscana, o príncipe Eugênio da Savóia. Como diplomata, d. Luís da Cunha levava ao reino uma política esclarecida e mais cosmopolita, que implicava fazer da curiosidade cultural um ato político. Com ela, d. João conheceu e adquiriu não só artigos de luxo, tão ao gosto de sua corte dada ao fausto, como se iniciou em um movimento mais aristocrático de abertura à cultura européia, que lhe era contemporânea. Tal movimento, mais evidente durante a primeira parte de seu reino,

foi então denominado “As luzes joaninas” e gerou esse vasto programa de renovação de bibliotecas, particularmente traduzido na Real Livraria (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.).

Os enviados, além de suas funções diplomáticas, tinham a missão de adquirir obras estrangeiras raras e/ou em destaque a fim de cumprir o ideal do rei para aquela biblioteca, que via na “[...] ampliação drástica do acervo da Real Biblioteca [...] um ato político que buscava aproximar Portugal à cultura europeia do séc. XVIII” (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.). Schwarcz et al. (2002) afirma que, nessa visão, o apoio à renovação científica em Portugal era o fio condutor dessa política, que no mundo dos livros não se restringia à ampliação da biblioteca, mas também no incentivo as artes impressoras, encadernadoras e no subsídio a publicações no país.

Dado a ostentação, o rei utilizou a riqueza que o ouro brasileiro lhe conferia para ornamentar a corte e a biblioteca de forma magnânica, ao ponto de Schwarcz et al. (2002) o comparar com Luís XIV, atribuindo-lhe a alcunha de Rei Sol português. A historiadora afirma que “[c]om tantos livros para exibir, Portugal pretendia diminuir seu afastamento e mostrar como, redimido pela cultura, fazia parte de um idioma comum e europeu. Nada como “expulsar a barbárie” com base na construção de uma biblioteca ideal” (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.).

Essas ações ostensivas rendiam um acúmulo cada vez maior de capitais, pois “[u]ma biblioteca como aquela condensaria “todo o saber acumulado no mundo” e daria a seus freqüentadores uma importância só avaliada pelos eruditos que, de fato, conheciam de perto as potencialidades de um tesouro como aquele” (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.), objetivo já observado nas bibliotecas da Antiguidade. Ao concentrar “todo o saber do mundo” sob a proteção e curadoria de um único agente social, D. João V adotou estratégia similar a Alexandre Magno com a Biblioteca de Alexandria. Porém, talvez por infortúnio do destino, as duas tiveram fins semelhantes.

Portugal buscava se desassociar da imagem do atraso intelectual e fervor religioso atrelados ao país, para tal, D. João V encontrou na livraria régia uma possibilidade de aproximação aos ideais culturais prezados na Europa (SCHWARCZ et al., 2002). Como visto no capítulo anterior, o emprego do livro para finalidades políticas não foi uma estratégia inovadora do rei português, diversos exemplos podem ser observados desde a Grécia e Roma Antiga. Na visão de Bourdieu (1989), esse acúmulo de livros e documentos raros representam o entesouramento de capital cultural e simbólico por um agente social que observará seus lucros afetarem o campo em que está inserido.

O imaginário que se apresenta nos catálogos de livraria, [...] parece habitado por mitos, a exemplo da biblioteca de Babel. [...] Assim, no interior dos catálogos, a

biblioteca, por via do mito de Babel, compõe-se com a perspectiva topográfica que modifica a relação com o espaço, retirando as culturas do seu lugar e aproximando-as por meio da difusão e divulgação aos leitores de leituras e livros que propiciam outros deslocamentos. (DUTRA, 2010, p. 69)

É dessa forma que o país ibérico se empenhou na tarefa de alcançar uma posição de relevância no cenário europeu na primeira metade século XVIII, como Luís XIV e Alexandre Magno fizeram anteriormente. Entretanto, essa estratégia é efetiva unicamente com investimentos contínuos e duradouros. Quando o lucro das trocas simbólicas passa a ser considerado uma característica inata do agente, para Nye (2004), é o momento no qual o *soft power* tem êxito. Se o legado cultural e artístico produzido durante o reinado de Luís XIV na França repercutiu o *soft power* francês pela Europa por séculos, o mesmo não pode ser dito de Portugal, que teve todo seu capital cultural e simbólico destruído alguns anos após a morte de D João V.

No dia 1º de novembro de 1755, um forte terremoto seguido por diversos focos de incêndios e um tsunami devastaram a pacata capital de Portugal. O Terremoto de Lisboa, como ficou conhecido, reduziu a cidade à escombros. Os documentos oficiais não são registros confiáveis e os relatos, bastante divergentes quanto ao número de mortos. Os membros da corte não estavam na capital naquele dia, porém a residência real não foi poupada – os incêndios duraram seis dias e foram responsáveis pela maior parte da destruição de edifícios, documentos e outros objetos (SCHWARCZ et al., 2002).

A historiadora calcula que um terço da cidade tenha sido destruída e apresenta dados mais específicos do efeito desse abalo sísmico em Lisboa: dois terços das ruas lisboetas ficaram inabitáveis; apenas três mil das vinte mil casas existentes sobreviveram ao fogo; o recém-inaugurado Teatro da Ópera fora arruinado, assim como a Capela Real e o Paço da Ribeira. Desse modo, importantes construções para a Coroa portuguesa rapidamente deixaram de existir, entre elas estava a Real Biblioteca junto ao acervo de aproximadamente setenta mil livros (SCHWARCZ et al., 2002).

Devido a magnitude, o Terremoto de Lisboa impactou as áreas política e socioeconômica portuguesa no século XVIII, repercutindo nas discussões iluministas na França, principalmente do filósofo francês Voltaire (1694-1778) que abordou o assunto no seu *Magnum opus* *Cândido, ou O Otimismo* (1759). O Império português se encontrava empobrecido pela agricultura precária e ausência de indústrias e, com o terremoto, os ânimos dos locais foram abalados de vez (SCHWARCZ et al., 2002).

As bibliotecas que carregavam a nomenclatura *Real* obedeciam ao propósito político de reunir todo o conhecimento existente, um aparato cultural e institucional que, ao cumprir o seu

papel, projetava na Coroa a notoriedade que o saber abrigado no acervo a concedia (LISBOA; CABRAL, 2017). O título da realeza marcou “[...] o carácter político da biblioteca, distinto de todas as que, até aí, religiosas ou universitárias, respondiam a necessidades parcelares ou de grupo, mesmo quando facilitavam o seu acesso a leitores exteriores e a sua riqueza brilhava sobre a instituição que a acolhia [...]” (LISBOA; CABRAL, 2017, p. 3). Consequente a isso, essas bibliotecas dispunham de uma unidade e centralidade que não se encontravam entre as demais.

Devido a importância da Real Biblioteca para a Coroa portuguesa, D. José I, o Reformador, que reinou de 1750 a 1777 amparado por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, a partir dos poucos livros que restaram, começou a reunir uma nova coleção que ganhava forma com a compra de acervos privados, reivindicação das obras esquecidas e abandonadas pelos jesuítas ao serem expulsos de Portugal em 1759 e doações (SCHWARCZ et al., 2002). Uma originalidade nesse processo de reconstrução foi a divisão do acervo em duas bibliotecas, a Real Biblioteca, localizado no Paço da Ajuda, nova residência da corte, e a Real Biblioteca Pública da Corte, esta constituída principalmente pelos livros das antigas bibliotecas jesuíticas (SCHWARCZ et al., 2002).

Oficialmente, a Real Biblioteca Pública é fundada a 29 de Fevereiro de 1796 por Alvará régio. Esta data serve apenas de referência porque, como se tem sublinhado, o processo de lançamento da Real Biblioteca havia começado muito antes e, portanto, o Alvará de fundação, de inegável importância, assinala uma nova fase do projecto. É uma fase decisiva, apoiada por um diploma excelentemente estruturado e escrito, por duas razões principais: por um lado, é um documento político, emanado do poder real, através do qual a hierarquia do Estado reconhece a necessidade de a Corte dispor de um instrumento daquela natureza; por outro lado, no Alvará estão contidas e definidas todas as funções e missão de uma verdadeira biblioteca central. O propósito da nova instituição é muito explícito e consiste no “estabelecimento de uma Livraria Pública, a qual sirva como de um tesouro de todas as Artes e Ciências com os livros mais preciosos pela sua raridade, os monumentos mais respeitáveis das mesmas Artes e Ciências” (Portugal. Leis, decretos, etc. 1796a). (LISBOA; CABRAL, 2017, p. 4)

O alvará régio destacado pelo filósofo português João Luís Lisboa e a bibliotecária portuguesa Maria Luísa Cabral (2017) aponta a finalidade que tal biblioteca exerceria para a Coroa. Segundo Nye (2004), um país pode obter resultados favoráveis no contexto político mundial fazendo com que outros países admirem seus valores e aspirem aos seus ideais de prosperidade. Essa foi uma estratégia utilizada por Portugal para manter o domínio da colônia brasileira, por exemplo, como afirma o internacionalista brasileiro Alexandre Andrade Alvarenga

[...] a expansão portuguesa passou, sobretudo, por um aumento do seu *soft power*, principalmente em momentos nos quais seus recursos de *hard power* não puderam garantir sozinho seus interesses, como no caso do Brasil. Ao responder aos desafios [...] de preencher aspectos da vida econômica e cultural, Portugal parece ter

conseguido acumular poder frente aos demais países, bem como manter as terras brasileiras, continuar sua expansão e mesmo retardar sua decadência frente a ascensão de outros impérios. (2015, p. 149)

O ideário atrativo que Portugal emanava para permanecer no controle do seu império ultramarino não surtia efeito na Europa, pois no continente havia outros reinos em condições semelhantes ou superiores ao país ibérico. Para tal, o país deveria investir em ações que convergissem aos ideais iluministas em voga no período, já que além de não ter uma forte tradição nas ciências e na arte, a Coroa ainda possuía atrelada a ela o imaginário do fanatismo religioso.

A partir do terremoto, o Marquês de Pombal implementou diversas medidas que caracterizaram o período do despotismo pombalino, visando “introduzir indústrias no país, tornar o comércio rentável e, ainda, conseguir o melhor proveito do ouro que vinha do Brasil” (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.), na tentativa de desfazer a grande dependência do país com a Inglaterra.

Pombal aproveitou o Terremoto de Lisboa como uma oportunidade de renovação do país, adotando “[...] medidas de caráter mercantilista [...], assim como a introdução de uma nova política, vinculando o mercantilismo comercial ao poder absoluto real” (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.). Aprovou um plano de revitalização do centro de Lisboa, propôs uma Igreja independente do Vaticano, perseguiu com avidez os opositores e expulsou a Companhia de Jesus de Portugal e de outros territórios do império, introduzindo mudanças no campo pedagógico, até o momento dominado pelos jesuítas (SCHWARCZ et al., 2002).

Também utilizou a imprensa e a arte para criar uma propaganda favorável ao governo, como feito por Luís XIV no século anterior. O mecenato de Pombal incentivou a produção de pinturas e gravuras, mas encontrou na literatura o seu principal aliado. O marquês apoiou financeiramente um grupo de jovens escritores, entre eles os brasileiros José Basílio da Gama (1741-1795), Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1792) e Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) (SCHWARCZ et al., 2002).

Apesar das duas bibliotecas serem bastante representativas para a Coroa portuguesa no século XVIII, tiveram distintos processos de reconstrução do acervo. Enquanto a Real Biblioteca Pública da Corte expandiu o seu catálogo com os livros provenientes dos acervos jesuítas e, posteriormente, da Real Mesa Censória, a Real Biblioteca reuniu

[...] duas coleções diferentes: a Livraria Real (biblioteca privativa dos monarcas e, no limite, da própria nação) e a do Infantado (especializada na formação dos filhos dos soberanos). Cuidava-se, assim, da educação dos novos monarcas, garantia-se documentação para casos de limites e fronteiras e, de quebra, caprichava-se na imagem de uma nação que se queria erudita e civilizada. (SCHWARC et al. 2002, n.p.)

Os poucos frequentadores a chamavam de Reais Bibliotecas, fazendo alusão ao acervo principal, que reunia obras sobre religião, filosofia, história, belas artes e ciências naturais, e à Livraria do Infantado, contando no catálogo enciclopédias de história e geografia, livros de ciência, gramática e outros voltados para a educação (SCHWARCZ et al., 2002). O reaparelhamento dessas bibliotecas contribuía para os “[...] planos da monarquia portuguesa e combinava com as aspirações do Iluminismo pombalino. Se a questão era construir cenários, mostrar pujança e cultura, aí estava um no qual valia a pena investir” (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.).

No processo de reconstrução das bibliotecas, alguns acervos foram comprados e doados, entre eles a do abade Diogo Barbosa Machado, que teve expressivo destaque devido a vasta coleção de raridades. Na juventude, Diogo juntou-se à Congregação do Oratório, devotando-se aos estudos da fé cristã. Em 1720, devido o reconhecimento que adquiriu entre os estudiosos lisboetas, foi nomeado membro da Academia Real de História. Em 1724 foi ordenado presbítero e em 1728 passou a ocupar a posição de abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever, cargo que ficou por pouco tempo, mas o deu rendimentos que tornaram possível a dedicação quase exclusiva a correspondência com outros eruditos e ao colecionismo (CALDEIRA, 2012).

E o empenho de Diogo Barbosa Machado é visível ao analisar o conteúdo de sua biblioteca particular, que contava com cerca de 4 mil obras divididas em mais de 5.700 volumes organizados e catalogados pelo próprio erudito (CALDEIRA, 2012). Segundo a historiadora Ana Paula Sampaio Caldeira (2012), os livros que compunham a livraria do abade eram divididos entre

Escritura Sagrada; teologia especulativa, dogmática e moral; teologia sacra e profana; história eclesiástica; história eclesiástica das regiões orientais e ocidentais; história profana; história profana das regiões orientais e ocidentais; vidas de Cristo, santos, eclesiásticos e de homens e mulheres ilustres em virtudes e ações militares; elogios de pontífices, príncipes e varões insígnies em santidade, letras e armas; bibliotecários; genealógicos; heráldicos; cronólogos; geógrafos; ortógrafos; gramáticos; retóricos e oradores; discursos concionatórios; poetas latinos; poetas portugueses, castelhanos e italianos; símbolos, emblemas e empresas; dicionários; antiquários; autores que compreendem diversas matérias em suas obras; autores antigos de língua latina em prosa e verso; pompas triunfais na entrada de príncipes e funerais dos mesmos; políticos; ascéticos, itinerários; escritores de cartas; apologias; críticas invectivas; miscelânea e livros de estampas. (p. 213-214)

Em razão do interesse pelos estudos, motivo que lhe rendeu uma posição na Academia Real de História, o abade se mostrava particularmente interessado em reunir obras que possibilitassem contar a história de Portugal e suas possessões ultramarinas na Ásia, América e África. A coleção por ele constituída também possuía 2.039 imagens, 3.134 folhetos e 81

mapas que documentavam a história portuguesa ao longo dos séculos (CALDEIRA, 2012). Diogo Machado doou sua biblioteca em 1773, após três anos de negociações e, em troca, a Coroa pagava-lhe uma pensão anual de 600 mil réis (SCHWARCZ et al., 2002). Transferida para a Real Biblioteca, todos os itens provenientes do abade Diogo Barbosa Machado estão relacionados no *Catálogo dos livros da Livraria de Diogo Barbosa Machado* – organizado pelo abade – e possuem *ex-libris* próprio (SCHWARCZ et al., 2002), o que possibilita investigar a origem de diversos livros que a partir do século XIX passaram a pertencer ao acervo da Biblioteca Imperial e Pública, futura Biblioteca Nacional.

Dada a relevância do tema para o abade, seu acervo reunia grande quantidade de obras pedagógicas, das quais é possível destacar a presença de quarenta e oito exemplares da coleção *Ad usum Delphini*, segundo descreve o catálogo de sua livraria. A coleção financiada por Luís XIV possuía, um século após a sua idealização, uma proposta educacional expressiva a ponto de integrar o acervo da Livraria do Infantado com ao menos quarenta e sete dos sessenta e três volumes publicados, conforme relata o *Inventário dos Caixões de Livros do Infantado* – catálogo organizado por bibliotecários portugueses antes do traslado da Real Biblioteca para o Brasil.

De acordo com os dados extraídos dos dois catálogos, é admissível supor que os volumes da coleção *Ad usum Delphini* da Livraria do Infantado sejam majoritariamente provenientes da livraria de Diogo Barbosa Machado. Devido à finalidade das duas livrarias, é possível inferir que a coleção *Ad usum Delphini* foi utilizada na educação dos infantes portugueses, futuros líderes de Portugal e das possessões ultramarinas, cumprindo o objetivo pelo qual foi financiada no século anterior.

Contudo, ao utilizar a coletânea francesa para educar os infantes, os valores e ideais da França absolutista ali contidos eram transmitidos aos príncipes e princesas, influenciando a forma que pensavam e se relacionavam com as ideias, cultura e produtos franceses. Restrita à Coroa portuguesa, os exemplares na Livraria do Infantado demonstravam que a coleção se tornou um capital simbólico de muito valor ao agente que o possui e, portanto, reforçou a posição do agente criador no mundo simbólico, nesse caso, o próprio Estado francês.

A Real Biblioteca era de suma importância para a Coroa portuguesa, pois realçava a monarquia lusitana pelo continente europeu. Entretanto, ao seguir o caminho do colecionismo de livros, Portugal consolidava o *soft power* francês em seu território, já que a França abrigava um mercado editorial fortalecido pela intensa produção artística e acadêmica incentivada desde o declínio do renascentismo na Itália. A ausência de contato entre a coleção *Ad usum Delphini* e a população portuguesa não a impediu de participar e influenciar os rumos da história de

Portugal que, mesmo avessos aos acontecimentos posteriores à Revolução Francesa e aliados à Inglaterra, priorizou o transporte dos dois acervos da Real Biblioteca ao Brasil após a transferência da corte para o Rio de Janeiro em 1808. Desse modo, a biblioteca, que era o tesouro da Coroa portuguesa, progressivamente virou tesouro nacional brasileiro e a cultura que ela idealizava se tornou a base da construção cultural e política do Brasil independente.

3.2 – Chegada da Família Real ao Brasil

Segundo a historiadora e antropóloga brasileira Lilia Moritz Schwarcz (2002), a Livraria Régia representava o interesse da Coroa portuguesa em usufruir as vantagens políticas e simbólicas que um grande acervo de livros confere a quem os possui. Tal eram os benefícios que a biblioteca foi integrada à representação do próprio Estado português, uma forma de aproximar culturalmente o país que estava afastado geograficamente do centro cultural europeu.

O final do século XVIII foi uma conturbada época da história portuguesa, marcada pela recomposição da Livraria Régia e pressões externas que culminariam no exílio da Família Real no Brasil. Não somente Portugal, mas a Europa fervilhava com a Revolução Francesa. Esta seção se inicia com o contexto histórico desse agitado período, percorrendo até 1822, com o Brasil independente e o novo símbolo da emancipação colonial, a Biblioteca Imperial e Pública.

3.2.1 – A Europa no final do século XVIII

Nas últimas três décadas do século XVIII, uma sucessão de eventos abalou a estabilidade das monarquias europeias e do sistema colonial. A independência dos Estados Unidos em 1776 e a Revolução Industrial em 1780 mostraram ao mundo que o Antigo Regime, baseado em monarquias sagradas e absolutas, no mercantilismo e na exploração das colônias, não era eterno. A Revolução Francesa, iniciada em 1789, radicalizou o cenário desfavorável às antigas instituições e seu cunho liberal colocou em questão o regime absolutista francês (SCHWARCZ et al., 2002).

Diante da conjuntura do período, os governantes de Portugal, D. Maria I (1734-1816) e o príncipe regente D. João (1767-1826), adotaram uma diplomacia dúbia, oscilando o apoio entre a Inglaterra, historicamente o principal parceiro econômico de Portugal, e a França (SCHWARCZ et al., 2002). Contudo, o período de relativa paz foi comprometido com a Revolução Francesa, no qual a neutralidade portuguesa não foi mais tolerada pelos dois Estados.

O avanço da Revolução, que resultou na execução do rei Luís XVI em 1793, gerou fortes reações contrárias ao movimento no território português. A Coroa declarou quinze dias de luto rigoroso e outros quinze de luto aliviado, a repressão da polícia lisboeta a pessoas e objetos de origem francesa aumentou e franceses contrários a revolução espionavam as ruas do país ibérico (SCHWARCZ et al., 2002). Como resposta, a Áustria, Inglaterra, Prússia, Holanda, Sardenha e o Vaticano criaram a primeira de uma série de coligações contra a França. A neutralidade que tanto Portugal quanto a Espanha adotavam foi prejudicada e ambas as nações firmaram acordos de proteção com a Inglaterra (SCHWARCZ et al., 2002).

Entretanto, a Espanha assinou com a França o Tratado de Santo Ildefonso, firmado pela primeira vez com Portugal em 1777 estabelecendo novas fronteiras para as colônias na América do Sul, e o ratificou com o Tratado de Basileia em 1795, aliando-se a Napoleão (SCHWARCZ et al., 2002). Dessa forma, antes na mesma posição que o país vizinho, Portugal ficou isolado da Europa continental. Iniciado os diálogos para renovação do Tratado de Ildefonso em 1797, a cláusula que exigia o fechamento dos portos portugueses aos navios ingleses sob a pena de invasão do exército franco-espanhol foi a principal causa da relação pouco amistosa entre Lisboa e Paris nos anos seguintes (SCHWARCZ et al., 2002).

O próprio governo português estava em uma posição enfraquecida. Após a morte do primogênito de D. Maria I, a rainha manifestou os primeiros sintomas de demência e foi afastada do cargo, substituída pelo seu segundo filho, o príncipe D. João, futuro D. João VI. Nesse período regencial, D. João se mostrou um governante indeciso, totalmente dependente do Conselho de Estado constituído por figuras militares, políticas e religiosas importantes do reino (SCHWARCZ et al., 2002), muito aquém da posição que o Marquês de Pombal ocupou durante o despotismo. A dificuldade de decisão, contudo, não se restringia a isso, englobava também a situação de Portugal no final do século XVII e início do XIX, em que

[...] o receio não era apenas o de uma invasão iminente das fronteiras continentais, mas também o da perda do Brasil e da conseqüente ruptura do sistema colonial. Para a França, a aliança com Portugal facilitaria a comunicação com a América e barraria a entrada da Inglaterra no continente. Já para a Inglaterra, a garantia do comércio português era justamente o antídoto fácil para o isolamento que se anunciava. Para Portugal, um belo dilema: a paz com a França se constituía em medida premente para evitar o enfrentamento bélico, enquanto a aliança com a Inglaterra representava proteção e estabilidade futuras. Dessa maneira, impedido de fazer a paz, assim como de decretar a guerra, o governo português ia estabelecendo um complicado jogo diplomático, que consistia em tentar se equilibrar bem no meio daquelas duas potências européias. Além disso, considerando que para se aboletar em cima do muro era necessária uma boa dose de equilíbrio, na medida em que as pressões vinham de todos os lados, a posição do governo de Lisboa tornava-se delicada e frágil (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.).

Em 1798 uma nova coalização foi formada e as batalhas seguintes trouxeram resultados positivos aos coligados. Contudo, o general francês Napoleão Bonaparte (1769-1821) reagiu rapidamente e com o golpe de 18 de Brumário se tornou imperador da França, iniciando o período do Consulado e expansionismo francês (SCHWARCZ et al., 2002). No ano seguinte, D. João reforçou a política de defesa portuguesa, com alistamentos e quadros estatísticos da população, porém, sem resultados expressivos (SCHWARCZ et al., 2002).

O Tratado de Amiens foi firmado entre a França e Inglaterra em 1802, reconhecendo as conquistas territoriais francesas e estabelecendo um período de trégua. Vigorou até 1805, quando Napoleão ocupou Viena e foi derrotado pelas forças navais inglesas na Batalha de Trafalgar. Invencíveis por terra, o único empecilho para a subjugação total da Europa era a Inglaterra, mas por não conseguir superar a esquadra inglesa, Napoleão impôs o Bloqueio Continental, proibindo os Estados europeus de comercializarem com a Grã-Bretanha. Por sua vez, a Inglaterra decretou ilegal o comércio e navegação nos portos inimigos e autorizou a atuação de corsários na captura de navios provenientes desses portos (SCHWARCZ et al., 2002).

Nesse cenário, os aristocratas portugueses se dividiram em dois grupos, o “partido inglês” e o “partido francês”. Não havia distinção ideológica entre eles, a discordância era quanto as soluções para evitar conflitos. Liderando o partido francês, Antônio Araújo de Azevedo (1754-1817), futuro Conde de Barca, manteve-se no domínio da política internacional portuguesa de 1804 a 1807. Do outro lado, Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) coordenava o apoio a defesa da soberania portuguesa em seu litoral e a manutenção da tradicional aliança com a Inglaterra (SCHWARCZ et al., 2002).

Desde 1803 Rodrigo de Sousa Coutinho propunha a transferência da corte para a América do Sul, apontando a possibilidade da destituição da monarquia portuguesa em uma eventual ocupação francesa. Entretanto, devido a vantagens econômicas alcançadas nesse período de guerra, o conselho foi deixado de lado (SCHWARCZ et al., 2002). Para não perder a participação no comércio ultramar, a Inglaterra se mostrava favorável ao traslado e em 1806 enviou uma missão para o Gabinete de Lisboa com o alerta, caso não optassem pelo enfrentamento direto contra a França, a Inglaterra auxiliaria na proteção e transporte da Coroa e seus bens para o Brasil (SCHWARCZ et al., 2002).

1807 foi o ano do ultimato a Portugal. Napoleão deu o prazo de um mês para o país ibérico declarar guerra contra a Inglaterra, retirar o ministro português de Londres e o inglês de Lisboa, fechar os portos aos navios ingleses, prender os britânicos residentes e confiscar suas propriedades. Dessa vez o imperador francês não se limitou apenas a diplomacia e nomeou o

general Jean Andoche-Junot (1771-1813) para organizar e treinar uma armada próximo à fronteira espanhola; caso suas solicitações não fossem cumpridas até o dia 1º de setembro, Portugal entraria em guerra com a França e a Espanha (SCHWARCZ et al., 2002).

Ao saber dessas condições, D. João convocou o Conselho, nessa altura formado principalmente por membros do partido inglês, e na primeira sessão decidiram e redigiram a resposta a Napoleão: a Coroa portuguesa concordava em aderir ao Bloqueio Continental, porém se recusava a prender e expulsar os ingleses do país e confiscar seus bens (SCHWARCZ et al., 2002). Nas reuniões seguintes ficaram alinhados os termos da suposta guerra com a Inglaterra e a preservação da Casa Bragança com o traslado do sucessor do trono, o príncipe D. Pedro, para o Brasil (SCHWARCZ et al., 2002).

Todavia, Napoleão se manteve firme nas condições e instituiu um novo prazo, 1º de outubro. A réplica de Portugal continuou a mesma e, para mostrar cooperação com a França, publicou no dia 22 de outubro um edital informando que os portos portugueses estavam fechados aos navios ingleses e as tropas do país aliadas à causa da França. No entanto, no mesmo dia foi assinado um tratado entre Portugal e a Inglaterra com os seguintes termos:

Portugal fecharia seus portos, mas garantiria o direito da Inglaterra de ocupar a ilha da Madeira, e ainda abriria um porto em algum ponto do Brasil para o qual as mercadorias inglesas pudessem ser importadas, em navios britânicos e com impostos facilitados. Em contrapartida, a Inglaterra escoltaria a Família Real, em caso de viagem para o Brasil, e só reconheceria como rei de Portugal o legítimo herdeiro da Casa de Bragança. Mais um detalhe: assim que a corte se estabelecesse no Brasil, seriam iniciadas negociações para um tratado de assistência e comércio entre a Grã-Bretanha e o governo português. (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.)

A divergência de informações agravava a situação portuguesa, já que mesmo declarando a adesão ao Bloqueio Continental, os preparativos para a invasão franco-espanhola continuaram em andamento. Sem o conhecimento de Portugal e da Inglaterra, a França também negociava com a Espanha, culminando no Tratado de Fontainebleau (1807) que previa a destituição da Casa Bragança e a repartição do território lusitano e das colônias ultramar. Além disso, as notícias discrepantes que circulavam entre os países envolvidos estavam provocando desconfiança nos ingleses (SCHWARCZ et al., 2002).

O conteúdo do Tratado de Fontainebleau foi revelado pelo jornal francês *Le Moniteur* no dia 11 de novembro, porém, chegou ao conhecimento da Coroa portuguesa apenas no dia 24, com as tropas francesas a distância de quatro dias de marcha acelerada de Lisboa (SCHWARCZ et al., 2002). Desse momento em diante, Portugal se aliou de vez à Inglaterra e começou os preparativos para o embarque de toda a Família Real, da Corte e seus bens rumo ao Brasil.

No dia 25 de novembro se iniciaram os preparativos para a viagem até a ocasião inédita: era a primeira vez na história europeia que uma Casa Real atravessava o oceano Atlântico. Os arranjos para a travessia duraram dois dias sob a coordenação de Joaquim José de Azevedo (1761-1835), nomeado como superintendente-geral do embarque. Uma das primeiras ações foi tomada pelo Conde Barca, ordenando o encaixotamento dos papéis de Estado que estavam em sua posse, incluindo a sua livraria particular que acumulara cumprindo a posição de ministro português em Haia, Paris e São Petersburgo. Junto aos trinta e quatro caixotes embarcados, enviou também um moderno equipamento tipográfico vindo da Inglaterra e ainda na embalagem, o qual, após a chegada no Brasil, foi utilizado para a criação da Imprensa Régia (SCHWARCZ et al., 2002).

Os dias seguintes foram intensos em Lisboa. Por conta do curto intervalo de preparação, as nomeações, autorizações, licenças e ordens de embarque se desencontravam e muitas delas não foram cumpridas. Ademais, devido as condições climáticas não favoráveis à navegação, a viagem foi adiada por dois dias, coincidindo com o início da invasão liderada pelo general Junot. No dia 29 de novembro de 1807, “[...] com muita discrição e sem nenhuma pompa [...] o príncipe regente deixou Portugal e embarcou rumo ao Brasil” (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.).

As opiniões da época foram controversas, para uns as ações de D. João foram heroicas, para outros, atitudes de um desertor. Lisboa foi ocupada oficialmente no dia 30 de novembro de 1807, a primeira vez de três que ainda se seguiriam durante o governo de Napoleão. Qualquer que tenha sido a verdadeira motivação, a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro ocasionou grandes mudanças na história do Brasil, elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815 e a independente em 1822. Cerca de dez a quinze mil pessoas embarcaram rumo a América lusitana em naus portuguesas flanqueadas pela esquadra inglesa e, do outro lado do Atlântico, foram recebidas com bastante surpresa.

A chegada da tripulação em Salvador aconteceu no dia 22 de janeiro de 1808. Ainda que soubesse da vinda do príncipe ao Brasil, o governador da Bahia João Saldanha da Gama (1773-1809) não esperava que toda a frota atracasse na antiga capital da colônia. Contudo, toda a Família Real desembarcou no dia seguinte, exceto D. Maria I, saudados pela multidão que viera recebê-los. No período em que permaneceram na cidade, D. João assinou a primeira medida régia em solo brasileiro, permitindo a abertura dos portos brasileiros as nações amigas, cumprindo o acordo que fizera com a Inglaterra (SCHWARCZ et al., 2002).

As notícias dos últimos eventos de Portugal e Salvador chegaram ao conhecimento do vice-rei D. Marcos de Noronha e Brito (1771-1828), Conde dos Arcos, alguns dias depois e

desse momento em diante, o último vice-rei do Brasil se ocupou dos preparativos para transformar a pequena cidade do Rio de Janeiro na nova sede da corte portuguesa. A esquadra atracou no Rio de Janeiro no dia 7 de março e desembarcou no dia seguinte, recebidos por uma semana de festejos e boas-vindas. Após as festanças, D. João iniciou o processo de reestruturação da máquina administrativa do império (SCHWARCZ et al., 2002).

3.2.1 – A transição da Real Biblioteca para a Biblioteca Imperial e Pública

Em meio a desordem da viagem, muitos itens foram esquecidos no porto e entre eles estavam os caixotes dos livros da Real Biblioteca, que ficaram abandonados ao ar livre sofrendo as consequências climáticas. A ausência, contudo, foi notada por D. João somente após a chegada ao Rio de Janeiro e a biblioteca se instalaria definitivamente na cidade dois anos depois.

Em relato a D. João, o encarregado da Livraria Régia recusou-se a cumprir a ordem deixada pelo regente de queimar os documentos sigilosos dos gabinetes das bibliotecas e, apesar da ocupação francesa, nenhum livro ou objeto fora roubado. Ciente da possibilidade de uma nova invasão napoleônica, o regente ordenou iniciar o encaixotamento e embarque da Real Biblioteca e papéis importantes da Coroa que estivessem no Paço da Ajuda (SCHWARCZ et al., 2002).

A Real Biblioteca, que àquela altura sobrevivera ao incêndio do antigo Barracão Real da Ajuda em 1795, às condições climáticas em 1807 e à invasão franco-espanhola, foi transportada em três partes para o Rio de Janeiro a partir do início de 1810. Em novembro de 1811, com a chegada dos últimos livros, a biblioteca somava em seu acervo 317 caixotes (SCHWARCZ et al., 2002).

Assim que chegou à cidade, em 1810, a coleção foi instalada nas salas do andar superior da Terceira Ordem do Carmo junto a outras obras que também faziam parte da Real Biblioteca. Não sendo aquele o ambiente mais adequado para a conservação e o abrigo dos livros, os materiais, por ordem do Príncipe Regente, foram ocupar as catacumbas que haviam servido aos religiosos da ordem. No início dos anos 1850, no entanto, todo esse acervo foi transferido para o edifício da Biblioteca Nacional situado à Rua da Lapa, onde permaneceu até a construção do prédio que abriga atualmente essa instituição. (CALDEIRA, 2012, p. 222)

A presença de uma biblioteca de tamanha dimensão era algo fora do padrão do Brasil colônia, até o momento proibida de ter universidades e tipografias. Em *O livro no Brasil*, Hallewell (2012) afirma que essas atitudes visavam isolar a colônia lusitana de qualquer influência externa e foram se tornando mais rígidas ao longo do século XVIII acompanhando o

crescimento do poder econômico brasileiro. As bibliotecas eram raras e se concentravam no Rio de Janeiro, Olinda, São Luís e Salvador, compostas predominantemente por obras francesas e com forte ligação às carreiras dos proprietários. A biblioteca do advogado João Mendes da Silva, pai do escritor Antonio José da Silva (1705-1739), o Judeu, é um exemplo de como costumavam ser formadas: tinha 250 volumes, dentre os quais 150 eram relacionados ao direito (SCHWARCZ et al., 2002).

As bibliotecas dos inconfidentes da Conjuração Baiana, movimento emancipatório ocorrido entre 1798 e 1799 na Bahia, continham uma grande quantidade de livros franceses, como na do médico, político e filósofo Cipriano Barata (1762-1838) (CARVALHO, 2011). A Revolta dos Alfaiates, como também ficou conhecida, baseava-se nos ideais iluministas da Revolução Francesa e embora a entrada de livros na colônia fosse regulada por Portugal, os livros eram facilmente contrabandeados e incorporados às bibliotecas da elite letrada, assim como os costumes e ideologias de quem os produziu (SCHWARCZ et al., 2002) (CARVALHO, 2011). Tanto as leituras individuais quanto as coletivas desses livros possibilitavam o contato com a filosofia iluminista e as lutas pela independência no Haiti e Estados Unidos. Após a abertura dos portos brasileiros e o Congresso de Viena em 1814,

[...] a influência francesa na área cultural se fazia notar mais e mais. [...] Na Imprensa Régia, documentos oficiais conviviam com inúmeros tratados em francês; além disso, chegavam ao prelo as primeiras novelas: Diabo coxo, de Alain-René Lesage, traduzida em 1809; e Paulo e Virgínia, de Bernardin de Saint-Pierre, de 1811. Mas foi a partir de 1815, e com a derrota de Napoleão, que essa voga literária francesa pegou para valer, fazendo a loucura dos leitores mais românticos com títulos variados: O amor ofendido e vingado, A boa mãe, O bom marido, As duas desafortunadas, Triste efeito de uma infidelidade. Sofria-se com motes e personagens franceses, assim como se lia a boa literatura iluminista como Henriada, poema épico de Voltaire, As cantatas, de Rousseau, ou Ifigênia, de Racine. Também entre os livreiros locais a presença de títulos franceses era uma constante, incluindo-se aí obras de religião, filosofia, ciências e artes, história, novelas, dicionários, livros de geografia e de anedotas. A idéia era, daí para a frente, portar-se como pessoas familiarizadas com as modas européias e os ditames franceses. (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.)

E essa influência não se limitava à literatura. Em 1816 aportava no Rio de Janeiro os integrantes da Missão Artística Francesa, organizada pelo Conde Barca para renovar a produção artística na colônia de acordo com a arte acadêmica francesa. Um dos objetivos da Missão liderada pelo administrador e intelectual francês Joachim Lebreton (1760-1819) era introduzir a arte neoclássica no Brasil, pois ainda estava fortemente ligado às produções barrocas do século XVIII. A Missão contava com os pintores Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830) e Jean-Baptiste Debret (1768-1848), o escultor Auguste-Marie Taunay (1768-1824) e o arquiteto Grandjean de Montigny (1776-1850), entre outros funcionários e artistas (SCHWARCZ et al., 2002) (BALASSIANO, 2014).

O principal propósito da Missão, contudo, era criar uma instituição de ensino superior, a qual foi promulgada no dia 12 de agosto de 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Porém, com a morte de Joachim Lebreton e do Conde Barca nos primeiros anos da Missão, o projeto ficou relegado a diversos obstáculos administrativos e políticos que adiaram a inauguração para 1826. Nesse período a instituição passou a ser chamada de Academia Imperial de Belas Artes e foi alojada em um prédio projetado por Grandjean de Montingy (BN DIGITAL, 2009).

A reestruturação do poder simbólico era uma necessidade para Portugal, naquele período abalado pelas consequências da política expansionista de Napoleão. Para tal, precisava aproximar as produções artística e culturais brasileiras do padrão europeu, cenário em que o campo artístico francês se destacava. A Missão Artística Francesa representou a união harmoniosa entre arte e Estado, algo também observado durante o reinado de Luís XIV. Ao patrocinar artistas franceses para criarem uma iconografia patriótica e estatal, a Coroa portuguesa iniciou a construção da imagem do Brasil, impactando a forma como a população local e os europeus enxergavam essa nação em construção.

Nessa fase da história brasileira houve o crescimento de uma indústria editorial em Paris focada na língua portuguesa e voltada para o comércio ilegal incentivado pela abertura dos portos.

[...] o comércio editorial de livros de Paris em língua portuguesa iria percorrer uma longa história e, quando deixou de ser importante como atividade editorial propriamente dita, continuou a sê-lo como atividade gráfica até 1930. Durante a primeira metade do século XIX, era comum o aparecimento de edições sucessivas da mesma obra no Brasil, em Portugal e na França: o *Plutarco Brasileiro*, de João Manuel Pereira da Silva, teve publicada uma primeira edição no Rio, em 1847, a segunda em Paris, em 1858, e a terceira (1868) foi publicada no Rio, mas impressa em Paris. (HALLEWELL, 2012, p. 110)

A hegemonia nas produções artísticas indica o desejo da elite local em se aproximar da cultura francesa e a partir dela edificar a identidade nacional brasileira (BN DIGITAL, 2009) (SCHWARCZ et al., 2002) (BALASSIANO, 2014). É possível constatar a influência da França na cultura brasileira em muitos aspectos: até o fim da Primeira Guerra Mundial, 80% dos livros utilizados para estudos científicos no Brasil eram em francês (BALASSIANO, 2014).

Nesse período de disputa entre a França e a Inglaterra, a predominância francesa no campo cultural foi um fenômeno estrategicamente concebido para enfrentar a resistência inglesa ao expansionismo napoleônico. Como analisado por Alexandre Alvarenga (2015), o poderio bélico português não é o único motivo da dominação do território brasileiro por mais de três séculos, há outros fatores culturais, artísticos e religiosos, compreendidos no

conceito *soft power*, que contribuíram para o êxito da continuidade do domínio colonial. Exemplo semelhante pôde ser observado nos conflitos que redefiniram as fronteiras europeias após a Revolução Francesa; apesar do *hard power* francês imbatível, esse poder militar e bélico causou reações contrárias no velho continente, que, no entanto, mostrava-se favorável a adoção da cultura e costumes franceses.

No caso português é bastante evidente, ainda que Portugal tenha sido ocupada três vezes no período das Guerras Napoleônicas, a Família Real se refugiado na colônia americana e se aliado à Inglaterra, são os artistas franceses os convidados para formularem as bases da arte nacional e a adequarem ao padrão europeu. O traslado da Real Biblioteca, a Missão Artística Francesa e a criação de diversas instituições de cunho artístico e científico no século XIX, como a Academia Imperial de Belas Artes, apontam a necessidade de a Coroa portuguesa reconstruir o prestígio de ser um império e, impedidos de recorrer às forças bélicas, optaram pela reestruturação por meio do poder simbólico.

[...] no reinado de d. João o Rio de Janeiro seria outro, convertendo-se em ponto de encontro de estrangeiros. Na verdade, a entrada de cientistas e estudiosos completava a política cultural joanina, que driblava a distância da Europa servindo-se de ícones da civilização: a Real Biblioteca com seus livros, os artistas franceses com uma iconografia nacional e muitos cientistas com seu brilho intelectual. Em resumo: viajantes de diferentes formações aportavam no país, trazendo na bagagem objetivos vários. (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.)

A difusão de periódicos, tipografias, bibliotecas e editoras seguindo as referências francesas contribuíram para a expansão da corrente iluminista em diversos países. Nesse período a retração econômica impedia Portugal de fomentar o comércio editorial e a vida cultural e, apesar do pacto colonial que impedia o Brasil de comercializar com outros países, os livros franceses eram os mais relevantes nas poucas bibliotecas brasileiras.

O olhar estrangeiro foi de extrema importância para consolidar a cultura nacional brasileira e a imagem da monarquia lusitana, isolada em terras americanas, auxiliando o reconhecimento do continente americano a partir da visão europeia. A presença francesa nas raízes culturais brasileira indica “[...] a influência das elites cultas brasileiras no âmbito cultural impregnado de uma acentuada influência francesa” (CARVALHO, 2011, p. 185) e destaca a importância no investimento em uma cultura erudita espelhada na francesa na tentativa de resgatar a reputação da Família Real portuguesa.

Para o historiador Hugo Suppo (2000), a expansão do *soft power* francês é consequência da política cultural do país, “[...] uma estratégia baseada na utilização da influência cultural francesa sobre as elites brasileiras, como instrumento de propaganda política, gerador de dependência cultural, com repercussões no plano econômico” (2000, p. 309). Não houve um

deslocamento populacional de franceses expressivo ao Brasil, portanto, para que o *soft power* fosse efetivo

[...] uma estratégia específica de política cultural será aplicada, centrada na criação de um grupo nacional fiel, admirador, disponível para apoiar politicamente a França em caso de necessidade, que utilize como segunda língua o francês e seja consumidor de produtos culturais franceses. Este mercado consumidor, do qual só as elites farão parte, tem que ser mantido e expandido. (SUPPO, 2000, p. 332)

Para tal objetivo, além do incentivo às produções culturais, a França subsidiou a construções de instituições em outros países, entre elas a Aliança Francesa, fomentando a francofilia e formação humanista. Dessa maneira induziam as preferências das populações locais, influenciando-as a admirarem a cultura e consumirem produtos franceses. Essa política cultural fortaleceu o capital cultural e econômico francês, porém, como é característico do *soft power*, resultavam em circunstâncias imprevisíveis (SUPPO, 2000) (KOVACEVIC, 2019). O *soft power* francês continuou preeminente na sociedade brasileira durante o século XIX, perdurando nessa posição até a década de 1960, quando a influência da cultura estadunidense o ultrapassou (KOVACEVIC, 2019).

Em abril de 1821, em função da Revolta Liberal do Porto iniciada no ano anterior, a Família Real é forçada a retornar a Portugal, excetuando-se o filho primogênito do rei, D. Pedro, que ficou encarregado do governo provisório do Brasil. Apesar de regresso de aproximadamente quatro mil membros da corte e dos cofres e tesouros do Banco do Brasil (SCHWARCZ et al., 2002), muitos dos bens que trouxeram em 1808 permaneceram no Brasil, entre eles os livros da Real Biblioteca.

[...] d. João partia mas deixava o príncipe e a Livraria, mal sabendo que cada uma dessas peças cumpriria uma tarefa relevante para a autonomia futura deste país. Já se conhece de cor o papel que d. Pedro foi alçado a ocupar, ficando no lugar que ficou. A Livraria Real, por sua vez, de novo surgiria como símbolo. Até então fora a biblioteca do rei — “a Minha Livraria”, dizia ele —, mas essa sina começaria a mudar. Assim como os símbolos são relativos e se redesenham a cada contexto, dessa feita a Biblioteca lembrará não mais o domínio monárquico, mas a verdadeira autonomia que se faz com o pensamento. (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.)

A independência em 1822 transformou o Brasil em um jovem país marcado pelo tráfico negreiro. Para esconder as fraquezas estruturais, o então imperador D. Pedro I utilizou aquela biblioteca para mostrar “[...] como “a cultura” habitava entre nós e de que maneira nossa memória, apesar da juventude do novo Estado, era tão antiga como os exemplos dos luminares gregos ou dos filósofos iluministas” (SCHWARCZ et al., 2002, n.p.).

Entretanto, para que isso fosse possível, o Brasil Império pagou uma indenização à Portugal. No documento “Conta dos objetos que Portugal teria direito de reclamar ao Brasil” elaborado em 1825 para a efetivação da independência brasileira, a Real Biblioteca era o

segundo item mais valioso da lista, com o valor estipulado em 800 contos de réis, o que correspondia na época a 250 mil libras esterlinas e a 12,5% do total a ser pago (SCHWARCZ et al., 2002). A interpretação desses números possibilita auferir a importância que esses livros tiveram para Portugal e Brasil no processo de consolidação da dinastia e de emancipação do jugo colonial. A abundância de livros resultava em um ideal cultural que engrandeciam o país monárquico isolado numa América republicana.

Esse ideal, todavia, não está restrito ao período da independência brasileira. Para Chartier e Cavallo (2004), a fixação do texto na forma escrita facilitou a transmissão e o acúmulo de saberes. Desde a Antiguidade, líderes ambicionavam a concentração de todo o conhecimento humano em um mesmo lugar, a biblioteca.

Desde a Antiguidade clássica, os homens ocidentais estiveram obcecados pela contradição entre, por um lado, o sonho de uma biblioteca universal, que reuniria todos os textos escritos desde o começo, todos os livros publicados desde sempre e, por outro lado, a decepcionante realidade das bibliotecas reais que, por maiores que sejam, não podem oferecer mais que uma imagem parcial com lacunas, mutilada, do saber universal. O Ocidente forneceu duas figuras exemplares e místicas a essa nostalgia exaustivamente impossível e desejada: a biblioteca de Alexandria e a de Babel.¹⁸ (CHARTIER; CAVALLO, 2004, p. 53)

Essa meta de universalidade, porém, tem a finalidade de atingir além do campo cultural e acadêmico. No capítulo 2, ao tratar a função política das bibliotecas, os autores Chartier e Cavallo (2004) e Briggs e Burke (2006) constataram que a Biblioteca de Alexandria, devido ao intuito de tornar a jovem cidade de Alexandria no centro cultural do mundo helenístico, ofereceu o modelo a ser seguido pelas bibliotecas posteriores.

A biblioteca reconstruída após o Terremoto de Lisboa e que encontrara no Rio de Janeiro o seu lar, depois de 1822 passou a se chamar Biblioteca Imperial e Pública e foi utilizada como símbolo da nação independente que Brasil lutava para ser. Bourdieu (1989) afirma que os símbolos são instrumentos de integração social, enquanto dispositivos de conhecimento e comunicação, tornam viável a aceitação do mundo social, desse modo contribuindo para a manutenção da ordem social. O poder sobre esses símbolos possibilita conceber a realidade que estabelece o sentido imediato do mundo.

Convertendo-se em Biblioteca Imperial e Pública, aquela biblioteca que carregava no nome a realeza portuguesa e, portanto, era um instrumento de dominação colonial,

¹⁸ No original: Desde la Antigüedad clásica, los hombres de Occidente han estado obsesionados por la contradicción entre, por un lado, el ensueño de una biblioteca universal, que reuniria todos los textos escritos desde el comienzo, todos los libros publicados desde siempre y, por otro lado, la realidad, forzosamente decepcionante, de las bibliotecas reales que, por muy grandes que sean, no pueden ofrecer más que una imagen parcial, con lagunas, mutilada, del saber universal. El Occidente há brindado dos figuras ejemplares y místicas a esa nostalgia de la exhaustividad imposible y deseada: la biblioteca de Alejandría y la de Babel.

transformava-se em um sistema simbólico adotado pelo Brasil Império. Em outras palavras, empregava-se a violência simbólica para desfazer a violência simbólica imposta por Portugal durante os mais de três séculos de colonização.

Para superar essa violência exercida por Portugal até 1822, além da reconfiguração dos bens deixados pela Família Real, o imperador recorreu a política cultural praticada por D. João VI, abrindo o país para a influência estrangeira, principalmente a francesa – não à toa os primeiros modelos de educação pública básica e superior surgiram após a independência inspirados no padrão pedagógico francês, o Colégio Pedro II e a Academia Imperial de Belas Artes.

Segundo Nye (2004), o *soft power* surge da cultura e dos ideais de um país, permitindo-o conquistar seus objetivos sem aplicar coerções e subornos. A cultura francesa, como visto, foi de extrema importância para a formação da identidade nacional brasileira, oferecendo as bases teóricas e práticas para fundamentar o jovem Estado. Se os princípios absolutistas de Luís XIV, os iluministas da Revolução Francesa e expansionistas de Napoleão foram reprimidos em campos de batalha, o mesmo não pode ser dito da cultura e arte produzidas nesses períodos.

É notória a influência francesa no processo de reestruturação do poder simbólico português após o Terremoto de Lisboa e no exílio da Família Real na colônia americana. A Real Biblioteca, símbolo da monarquia de Portugal, esteve no epicentro dessas crises, testemunho do conturbado período que culminou na independência do Brasil em 1822. O catálogo da livraria, conforme analisado, evidencia o interesse por obras raras, como documentos relacionados a história portuguesa e livros pedagógicos, categorias em que a biblioteca de Diogo Barbosa Machado supriu grande quantidade de exemplares, entre eles os da coleção *Ad usum Delphini*, indicando a preponderância francesa na metodologia de ensino dos infantes portugueses. A recomposição da Real Biblioteca foi uma demonstração de poder, na tentativa de resgatar o prestígio do país devastado pelo terremoto.

Entretanto, isso não foi suficiente para reparar os danos causados ao império português durante as Guerras Napoleônicas. Forçada a deixar a metrópole europeia, a Família Real se refugiou no Brasil e, estabelecidos na colônia, precisou reestruturar a relação com as outras colônias lusitanas e da metrópole com os outros países europeus. Nesse cenário, D. João VI buscava meios de afirmar a continuidade do império português que, mesmo afastado geograficamente da Europa e impossibilitado de empregar meios militares, preservava os valores culturais e artísticos europeus. Dessa demanda despontou uma resposta, a Missão Artística Francesa, a qual, introduzindo artistas franceses no Rio de Janeiro, possibilitou o reconhecimento estrangeiro do que acontecia na nova sede da corte.

Além da finalidade inicial, o olhar estrangeiro foi tão importante para o período em que a Família Real passou no Rio de Janeiro quanto para a formação da identidade nacional após a independência. Os esforços de D. Pedro I e D. Pedro II em desassociar o Brasil da influência portuguesa foram privilegiando a francesa; a presença dessa predominância no cotidiano brasileiro foi inabalável até a década de 1960. As áreas editorial e literária possuem muitos exemplos, em 1799 o livreiro francês residente em Lisboa Paulo Martin enviou o seu filho para o Rio de Janeiro com o objetivo de abrir uma livraria; a Livraria Garnier chegou ao Rio de Janeiro em 1844, uma sociedade entre os irmãos Garnier que existia desde 1828 na França; a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897 e inspirada na *Académie française* (BN DIGITAL, 2009) (HALLEWELL, 2012).

Ao longo deste trabalho, a análise da Real Biblioteca, Biblioteca Imperial e Pública – futura Biblioteca Nacional – e da coleção *Ad usum Delphini* destacou a função dos livros na consolidação do poder simbólico do agente possuidor desse capital. Nos dois países abordados, a ação do *soft power* francês nos séculos XVIII e XIX era expressivo a ponto de guiar as produções artísticas patrocinadas por Portugal para reformular os seus capitais e campos cultural e simbólico, uma nação inimiga e fortemente afetada pelos rumos da história francesa no período. Posteriormente, a partir da independência brasileira, a estratégia também seria utilizada pelo Brasil para se desvencilhar do passado colonial rumo a uma nação independente, usando uma das maiores bibliotecas do mundo como instrumento de afirmação do poder simbólico. Os dois países precisaram da cultura francesa para o reconhecimento estrangeiro e da própria população enquanto nações independentes e, dessa maneira, alicerçaram o *soft power* francês de modo que a cultura e ideologia francesas se tornassem parte dominante da cultura portuguesa e brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do apoio de Luís XIV às artes, a França produziu capital cultural e simbólico a ponto de se estabelecer como o centro cultural europeu, dessa forma, dominando o campo artístico da época e influenciando outros campos, como o acadêmico e o político. No final do século XVIII, a Revolução Francesa serviu de modelo para as lutas de independência nas Américas, entre elas as bem-sucedidas no Haiti e nos Estados Unidos, e revoltas locais no Brasil, em que se destacou a Conjuração Baiana.

Além do estímulo à luta e à arte, a influência francesa se estendeu também para a educação e literatura brasileira, presente de maneira quase hegemônica nas bibliotecas locais (CARVALHO, 2011) e nas correntes literárias que se desenvolveram no país nos séculos XIX e XX (BN DIGITAL, 2009). Dada a importância do catálogo da Real Biblioteca para Portugal, posteriormente a Biblioteca Imperial e Pública para o Brasil, para demonstrar o interesse no investimento em ciência e cultura, a posse da maioria dos volumes da coleção *Ad usum Delphini* – os quais eram reservados aos estudos dos infantes portugueses – revela que ambos os países enxergavam a França como um exemplo a ser seguido nesses campos.

No decorrer do século XIX a França se tornou a principal fonte de inspiração para o Brasil em busca de uma nova imagem, desvinculada do antigo período colonial português. Nesse contexto, os livros converteram-se em um meio de comunicação de extrema importância, pois, sem interferir diretamente nos rumos do Brasil, a forma indireta do *soft power* segundo Nye (2011) moldou as estruturas do país e auxiliou a construção identitária nacional após a independência.

O Brasil pagou um preço elevado para manter o acervo da Real Biblioteca, originando a Biblioteca Imperial e Pública no período imperial e Biblioteca Nacional após a instituição da república. Com base nisso é possível compreender que os livros foram um instrumento para a divulgação auspiciosa de um país erudito e imperial, aproximando-o dos ideais da Europa. Todavia, para que a influência fosse eficaz, assim como proposto nas teorias sobre o poder simbólico e o *soft power*, o investimento deveria ser contínuo. A França teve êxito nessa área, já que a coleção *Ad usum Delphini*, um dos incontáveis exemplos que poderiam ser citados, continuou em circulação pelo continente europeu um século depois de sua publicação, guiando a educação de jovens destinados a serem futuros líderes de suas nações, desse modo, atuando indiretamente nos rumos de Portugal e do Brasil.

A análise desse caso em específico permitem a afirmação que os livros são meios de comunicação cruciais para a imposição da violência simbólica e construção do *soft power*, pois

os agentes que dominam o processo editorial determinam quais formas de conhecimento será difundido nos campos acadêmico e literário. A coleção *Ad usum Delphini* possibilitou a França definir como os estudos sobre a Antiguidade Clássica seriam feitos pelos subordinados, um dos fatores que proporcionou o país europeu a ser reconhecido como o modelo de academicismo a ser seguido. Apesar dos avanços nos métodos pedagógicos e da mácula no significado do título da coleção, a importância de tal saber contidos naquelas obras para os jovens nobres e burgueses fez com que o objetivo de Luís XIV fosse alcançado.

Ao ser empregado como instrumentos de incentivo a política externa de um país, os livros podem ser utilizados para tornar os conhecimentos, estudos e narrativas produzidos por uma nação referência em determinado campo. No entanto, para o êxito dessa estratégia, o exemplo da França e a relação com o curso da história de Portugal e do Brasil torna evidente a necessidade do investimento a longo prazo nos setores científico e cultural com o objetivo de progressivamente se converter na automação do *habitus* presente nas relações de poder, em especial o simbólico, dentro e fora do país.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Guilherme Mattos de. Reflexões sobre o “soft power”. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 203-244, 2013.
- ALBERGARIA, Bruno. A construção histórica dos Estados modernos (absolutistas) no mundo ocidental. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan./jun. 2012, p. 81-109. Disponível em: <<http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/1201>>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- ALMEIDA, Ricardo Coutinho de. **O Absolutismo Régio em França no Reinado de Luís XIV: Formas de ver, ouvir e fazer**. 2017. 116f. Relatório final de estágio (Mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ALVARENGA, Alexandre Andrade. Soft power no império português: um estudo sobre a conquista do Brasil. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 5, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2656/1716>>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- BALASSIANO, Ana Luiza Grillo. **Le lycée français de Rio de Janeiro: histoire d’un projet interculturel**. Education. 2014. 292 f. Tese (Doutorado em Ciência da Educação) – Université Paris-Nord - Paris XIII, 2014.
- BALLERINI, Franthiesco. **Poder suave (soft power): arte africana; arte milenar chinesa; arte renascentista; balé russo; Bollywood; Bossa-Nova; British invasion; carnaval; cultura mag japonesa; Hollywood; moda francesa; tango; telenovelas**. São Paulo: Summus, 2017. E-book (não paginado).
- BN Digital. **França no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/francebr/apresentacao.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. As formas de capital. In: J. Richardson (Ed.) **Manual de Teoria e Investigação em Sociologia da Educação**. Nova York: Greenwood, 1986, p. 241-258.
- _____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, jan.-jul. 2011, p. 193-216.
- BRITO, Jordana Dias Duarte. Cultura e poder: A disseminação da francofonia como meio de fortalecimento do *soft power* francês. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiás, 2020, 62 p.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. De Lisboa ao Rio de Janeiro: a trajetória da Coleção Diogo Barbosa Machado. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 211-233, jun. 2012. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2021.

CARVALHO, Kátia de. A presença francesa e o desenvolvimento da leitura: origens da difusão e mediação de saberes no Brasil. In: **Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação**, 12., 2011, Brasília, Anais... Brasília: UnB, 2011.

CATÁLOGO dos livros da Livraria de Diogo Barbosa Machado. Lisboa, s. d. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1277751/mss1277751.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Dir.). **Historia de la lectura en el mundo occidental**. 2. ed. Madri: taurusminor, 2004.

DUTRA, Eliane de Freitas. Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 67-88.

GABRIEL, Marcos Faccioli. Pierre Bourdieu e o poder simbólico parte I: Os passos teóricos da sociologia crítica. **Revista Tópos**, v. 1, n. 3, p. 1-11, 2017. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/5705/4296>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

GUTIÉRREZ, Alicia B. Poder, hábitos y representaciones: recorrido por el concepto de violencia simbólica en Pierre Bourdieu. **Revista Complutense de Educación**, v. 15, n. 1, p. 289-300, 1 jan. 2004. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCED/article/view/RCED0404120289A/16345>>. Acesso em: 3 mar. 2021.

GRAFTON, Anthony. El lector humanista. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Dir.). **Historia de la lectura en el mundo occidental**. 2. ed. Madri: taurusminor, 2004. p. 317-372.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Petrópolis: Editora Vozes, 2019. E-book (não paginado).

INVENTÁRIO dos caixões de livros que vieram no dia sete de setembro, que diziam pertencer à sereníssima Casa do Infiantado (...) se colige serem a maior parte dos Livros (...) no Gabinete do (...) rei D. José I. Lisboa, s.d. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1289280/mss1289280.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

KOVACEVIC, Gisele Schiavetti Basilio. **A política cultural francesa e o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo como um modelo de ensino secundário para o Brasil – (1916-1951)**. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

LISBOA, João Luís Lisboa; CABRAL, Maria Luísa. A Real Biblioteca Pública da Corte e o Estado Moderno. **Cultura - Revista de História e Teoria das Ideias**, Lisboa, v. 36, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cultura/3682>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Louis XIV. 27 out. 2016. Palace of Versailles. Disponível em: <<https://en.chateauversailles.fr/discover/history/great-characters/louis-xiv#from-royal-residences-to-the-palace-of-versailles>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Luís XIV - A construção de uma imagem política. [S.d.]. Google Arts & Culture. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/exhibit/luís-xiv-a-construção-de-uma-imagem-política-palace-of-versailles/1QKi0IFV0mUgLA?hl=pt-BR>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MURANI, Simona. La collezione ad usum Delphini di Huet e Montausier (1674-1730). In: ESTEVE, C. (Ed.). **Las razones del censor.** Control ideológico y censura de libros en la primera Edad Moderna. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2013. p. 263-282.

NYE JR., Joseph S. **Soft power:** the means to succes in world politics. Nova York: Public Affairs, 2004.

_____. **The future of power.** Nova York: Public Affairs, 2011. E-book (não paginado).

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Angela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis:** do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. E-book (não paginado).

ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. **Revista Sem Aspaspas**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 3-12, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/9933>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SILVA, Saulo Henrique Souza. História sagrada e absolutismo monárquico em Robert Filmer e Jacques Bossuet. **Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea**, Salerno, v. 3, n. 1-2, 2015. Disponível em: <https://www.rivistaquadranti.eu/riviste/04/Saulo_16.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SUPPO, Hugo. A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias. **Revista de História**, São Paulo, n. 142-143, 2000. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18904/20967>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

VOLPILHAC-AUGER, Catherine (org.). **La collection Ad usum Delphini:** L'Antiquité au mirror du Grand Siecle. Grenoble: ELLUG, 2000.